

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-4-2017.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 049/17 (Processo nº 0607/17), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/17 (Processo nº 0823/17), de autoria de Alvoni Medina; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 272/16 (Processo nº 2662/16), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foi apregoado convite para participação, no dia dez de abril do corrente, na solenidade de abertura do 30º Fórum da Liberdade, às quinze horas, no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Do EXPEDIENTE, constaram os seguintes Ofícios: nº 001/16, de Ernani Polo, Secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul; nº 118/17, do Prefeito; e nº 181/17, de Mariana Xavier Thedy, Coordenadora de Filial da Caixa Econômica Federal. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Dr. Goulart, em tempo cedido por José Freitas, e Luciano Marcantônio. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Moisés Maluco do Bem, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, este duas vezes, Idenir Cecchim e João Carlos Nedel. Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 090 e 075/17 (Processos nºs 1083 e 0916/17, respectivamente). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 091/17 (Processo nº 1105/17), após ser encaminhado à votação por Valter Nagelstein. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 080/17 (Processo nº 0958/17). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 087/17 (Processo nº 1025/17), por vinte e seis votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhado à votação por Mendes Ribeiro, Sofia Cavedon, André Carús, Prof. Alex Fraga, Cláudio Janta, Cassiá Carpes, Rodrigo Maroni, Airto Ferronato, Professor

Wambert, Dr. Thiago, Mauro Zacher, Felipe Camozzato, Tarciso Flecha Negra e Mauro Pinheiro, em votação nominal solicitada por Cassiá Carpes, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Tarciso Flecha Negra e votado Não Sofia Cavedon, esta com Declaração de Voto. Na ocasião, o Presidente registrou o transcurso, no dia de hoje, do aniversário de Márcio Bins Ely. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias dez e onze de abril do corrente. Também, foi apregoado o Memorando nº 002/2017, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, nos dias doze e treze de abril do corrente, em recepção alusiva ao transcurso do centésimo quinto aniversário de Kim Il Sung, na Embaixada da República Popular da Coreia, em Brasília – DF. Após, Rodrigo Maroni manifestou sua intenção de votar favoravelmente no Requerimento nº 087/17. Em Votação, esteve o Requerimento nº 034/17 (Processo nº 0563/17), o qual, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Cláudio Janta, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Na ocasião, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente: de autoria de Rodrigo Maroni, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 035/15 e dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 143, 264 e 267/15 e 016, 059 e 271/16 (Processos nºs 0824, 1547, 2738 e 2760/15 e 0230, 0267 e 2661/16, respectivamente); e de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 262/16 (Processo nº 2585/16). Às dezessete horas e cinquenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Matheus Ayres, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Sofia Cavedon, em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa, e Cassiá Carpes, este em tempo cedido por Mônica Leal. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 047/16 e 033, 046 e 101/17 e o Projeto de Resolução nº 008/17. Durante a Sessão, Mendes Ribeiro e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudio Janta, Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. José Freitas.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam no Plenário, boa tarde. Hoje começa a Semana Municipal de Conscientização sobre a Doença de Parkinson, através de projeto de lei do ano passado, trabalhado pelo nosso gabinete.

Então hoje está sendo lançada a campanha para conscientização sobre a doença: Parkinson, uma superação que pode mudar tudo. O Parkinson é uma doença progressiva do sistema neurológico, que afeta principalmente o cérebro, é um dos principais e mais comuns distúrbios nervosos da terceira idade, caracterizado principalmente por prejudicar a coordenação motora, os músculos motores.

O Parkinson ocorre quando as células nervosas do cérebro que produzem dopamina, por algum motivo, são destruídas, e, lenta e progressivamente, deixam de produzir dopamina, uma substância produzida por essas células cerebrais que vão mediar os movimentos do corpo humano. A causa exata é desconhecida, mas os médicos acreditam que há uma mistura de fatores envolvidos como genética, meio ambiente e estilo de vida.

O risco de ter Parkinson aumenta com a idade. As pessoas costumam desenvolvê-lo em torno dos 60 anos, mas existem casos em que jovens adultos são acometidos pela doença, como o exemplo da nossa conhecida e querida amiga, a jornalista Silvia do Canto. Há também questões de hereditariedade e de gênero - homens são muito mais propensos a desenvolver a doença de Parkinson do que mulheres; de exposição a venenos, toxinas - exposição contínua a herbicidas e pesticidas tem demonstrado importância na gênese do Parkinson aumentando a doença. Volto a dizer: toxinas e exposição contínua a herbicidas e pesticidas.

Os sintomas são vários. Não existe um exame, um sinal no exame clínico ou exame de laboratório, raio X, tomografia, que diga quem está com Parkinson. A doença de Parkinson é descoberta por um diagnóstico clínico, por um exame de um clínico geral que tenha muita experiência nos exames das pessoas e por um neurologista, e depois é confirmada, ainda não por um exame, mas pela melhora dos sintomas com o uso da dopamina.

Os sinais são: lentidão dos movimentos, rigidez muscular, inclinação do corpo para frente quando deambula ou quando está sentado, os passos são bem mais curtos; o tamanho da caligrafia do parkinsoniano diminui bastante, é chamada de micrografia, diminui um terço o tamanho da letra, ele tem que se policiar para poder escrever de uma maneira mais legível.

A lentidão de movimentos faz com que tudo seja difícil para o parkinsoniano, e aí que é importante o apoio da família, o apoio dos amigos, porque essa lentidão às vezes irrita as pessoas que não sabem que a pessoa está doente e ficam incomodadas em ter que esperar mais um pouco para dar um passo, para dar um vão ou

um lugar para sentar, para levantar, para entrar ou sair de um carro. A redução dos movimentos dos braços ao andar, a falta de expressão no rosto e as dores musculares são outros sintomas. Um neurologista irá diagnosticar a doença com base no histórico médico do paciente e na revisão dos seus sinais e sintomas, além de um exame neurológico e físico, às vezes, é preciso tempo para diagnosticar o Parkinson. Não há cura conhecida. O objetivo do tratamento é prioritariamente controlar os sintomas. O médico também pode recomendar mudanças no estilo de vida, principalmente com a introdução de exercícios aeróbicos - a ginástica melhora bastante os sintomas do Parkinson.

Eu fui acometido pelo Parkinson, um médico bastante atuante no SUS, onde fiz 6 mil cirurgias e 5 mil partos, mas quis a natureza que um médico que trabalhava tanto ativamente no meio cirúrgico tivesse esta doença que não lhe permite mais ser um cirurgião. Percebo que a superação, a dor e as mudanças impostas por esta doença me fazem acreditar que posso continuar ainda lutando por atendimento clínico e, agora, apenas por políticas públicas, como aquelas que tenho trabalhado com vocês na Câmara de Vereadores. Esta é a motivação de estar aqui: lembrar todos os dias o fato de que a superação pode mudar tudo. Aos meus colegas e a quem me ouve uma pequena dica: infelizmente não existe como prevenir o aparecimento Parkinson em pessoas predispostas, mas sabemos que os hábitos saudáveis na alimentação e o exercício físico são recomendados, pois pessoas com melhores condições físicas são as menos propensas a apresentar a doença e também apresentam menor evolução da doença. Mais, diz que tomar um cafezinho também ajuda no Parkinson. Portanto, senhores, peça aos amigos uma tolerância enorme com os seus familiares, principalmente com aqueles que têm Parkinson, pois a presença deles incomoda, já que é um trabalho muito difícil abotoar os botões do casaco ou da camisa, tomar banho é difícil, secar-se é difícil. Então, meus queridos, uma boa semana da conscientização para vocês todos. E, principalmente, lembro vocês que, daqui a pouco mais, vou tomar meu segundo cafezinho do dia, para o qual convido vocês, no intervalo, para que tomem um cafezinho lá também. Um beijo para todo mundo. Esta é a semana do Parkinson. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, cidadãos e cidadãs presentes na Câmara, na Casa do Povo. Vou aproveitar o Grande Expediente para falar sobre vários temas que acredito serem de extrema importância. Completamos 100 dias do Governo Marchezan, tivemos, nesse período, grandes avanços, principalmente no que diz respeito ao compromisso do Prefeito durante a sua campanha. Podemos elencar aqui algo que é extremamente importante: o projeto de reestruturação do Governo, que visa exatamente a propor um número menor

de secretarias, para que a dinâmica, a agilidade, faça com que, acima de tudo, o cidadão - que é o bem comum, o que todos nós devemos preservar - seja atendido de forma mais rápida e com mais qualidade. A reordenação com 15 secretarias - anteriormente, tínhamos 37 - busca exatamente isso. O grande objetivo dessa reestruturação é vencer aquele mal que aflige a máquina pública brasileira há muitos anos, que é a burocracia. A burocracia gera um atraso para as obras sociais, públicas, privadas, tanto as pequenas como as de grande impacto - isso traz um prejuízo para a vida das pessoas que mais precisam, que demandam no Orçamento Participativo, que estão nas vilas esperando que a obra aconteça, mas também traz um grande prejuízo para a iniciativa privada que vê seus processos emperrados na burocracia da máquina pública aqui em Porto Alegre, em todas as gestões que passaram até hoje. Vamos buscar, nesse novo projeto que o Prefeito Marchezan propõe, com 15 Secretarias, passar por cima, com inteligência, com diálogo com os servidores públicos, mas não vamos titubear um segundo, porque esse mal, que é a burocracia, tem que ser vencido nesta gestão.

Também quero registrar sobre os dois postos de saúde que atendem até as 22h. Isso é muito importante; sabemos o quanto a saúde é necessária, principalmente para as pessoas que moram nas vilas de Porto Alegre. Esse avanço é fundamental para a qualidade de vida dos nossos cidadãos e das nossas cidadãs das comunidades de baixa renda. E o posto de saúde até as 22h virou realidade e, numa sequência, outros postos também passarão atender até as 22h. O Ver. Cláudio Janta também foi um grande batalhador dessa causa; hoje é o Líder do Governo Marchezan. Tenho certeza de que esta Casa toda aplaude e lutou por isso também.

Acredito que seja muito importante, nesse projeto de reestruturação, em 100 dias do Governo Marchezan, a questão do teto salarial. Eu, por convicção, sou totalmente favorável a que ninguém ganhe mais que o Prefeito de Porto Alegre no âmbito municipal, totalmente favorável. Nós temos que ter regras, harmonia e equidade nesse processo da remuneração. Hoje, infelizmente, nós temos distorções graves dentro do Município: há pessoas que estão numa Secretaria, exercendo a mesma função de outros, ganhando mais por estar naquela Secretaria e que, por lei, ganham uma gratificação. Isso cria, inclusive, uma rixa, um desconforto entre os próprios colegas de trabalho. Por que o pessoal da SMA, da SMCPGL, da Fazenda, da PGM ganha mais do que os colegas da SMOV, da SMAM? Essas distorções têm que ser corrigidas. E serão corrigidas, além do teto salarial. Mesma função, mesmo salário. E ninguém ganha mais do que o Prefeito. Quero destacar a coragem do Prefeito Marchezan para enfrentar este tema.

O meu mandato é um mandato totalmente trabalhado para as pessoas que mais precisam. Eu realmente exerço 90% do meu tempo como Vereador nas vilas de Porto Alegre, desde 1999, quando iniciei no Loteamento Mario Quintana, no bairro Farrapos, ao lado de onde hoje está instalada a Arena do Grêmio. E, se este mandato, por convicção, por idealismo, eu dedico às pessoas que mais precisam, é porque acredito que o Governo e o dinheiro público têm que estar em primeiro lugar para aquelas pessoas que não têm oportunidade para chegar e ter um bom atendimento à saúde com recursos próprios, aquelas pessoas que não têm como financiar um

apartamento, para aquelas pessoas que não têm como comprar uma rede de água e esgoto para poder resolver o problema das suas casas, para aquelas pessoas que nasceram num ambiente onde a criminalidade comanda, e elas não têm condições de contratar um vigilante para proteger as suas casas.

Enquanto as pessoas de baixa renda, as vilas de Porto Alegre não tiverem as suas condições básicas garantidas, eu vou sempre batalhar - e isso é um compromisso, uma missão para que os recursos públicos, para que a energia do Governo esteja lá, na vila, em primeiro lugar, dando acesso à saúde, à educação, à habitação, à rede de água e esgoto e a tudo mais que uma comunidade de baixa renda precisa para que, pelo menos uma vez na vida, uma criança, um adolescente, um adulto, com o apoio do Governo, tenha uma oportunidade para decidir o caminho pelo qual ele quer prosseguir, entre o caminho do bem ou o caminho do mal. Infelizmente, hoje, a cada dez crianças, perdemos mais de sete para a criminalidade. Infelizmente. A ausência do Governo faz com que a criança e o adolescente se espelhem no criminoso da vila, no bicheiro, no traficante, no que adquire as mercadorias roubadas. E é aí que tem que entrar a política: na cultura, no esporte e em todas as outras ações que eu citei aqui, para podermos dar uma oportunidade para que essas pessoas que estão lá na vila, abandonadas, precisando do serviço público, não precisem só acionar a imprensa para depois sair o Governo correndo para resolver um erro político, um erro de administração. O Governo tem que estar sempre lá. Por isso, o fortalecimento do Orçamento Participativo, o fortalecimento dos Centros Administrativos Regionais, que são as subprefeituras, é fundamental e também é prioridade do Governo Marchezan. O Orçamento Participativo, que, na verdade, é um braço importante da democracia participativa que existe aqui em Porto Alegre, não está acabando. O Prefeito não está propondo acabar com o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo existiu forte no Governo do PT, existiu forte no Governo do Fogaça, existiu forte no Governo Fortunati, do qual fui Secretário Adjunto de Coordenação Política e Governança Local, administrei e respondi pelo OP por seis anos. E o Governo Marchezan também fará forte o Orçamento Participativo, também valorizará a democracia participativa. O que se está buscando, e por convicção eu concordo com o Prefeito Marchezan, é qualificar o OP, garantindo que as demandas atrasadas – O Prefeito recebeu mais de 2.400 – sejam revisadas lá na base, no Fórum Regional do Orçamento Participativo. E isso foi uma proposta do COP – do Conselho do OP – para parar com as demandas, para dar um basta a esse plano de investimento ilusório, e trabalharmos em cima, sim, de um plano de investimentos demandado pelo OP, que aconteça. Para isso, é obvio que com base em 2.400 demandas, as 17 regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre devem focar na revisão das mesmas, vendo as prioridades e devolver ao Governo, para que, tendo orçamento e tendo habilidade técnica, finalmente trabalhe com um plano de investimento real. E é isso que está combinado! Com muito diálogo entre o Prefeito Marchezan e o Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre, capitaneado hoje à Secretaria de Relações Institucionais por dois especialistas em OP, por duas pessoas que têm uma cultura vinculada ao OP, que são o Secretário Kevin Krieger e o Secretário Adjunto, Carlos Siegle de Souza.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Luciano Marcantônio. Estou sentado aqui atendo, ouvindo a sua fala, que maravilha! Eu fico pensando, aquela Arena azul desse time que eu tanto amei e pelo qual tanto joguei, de a gente pedir ali, Presidente Cláudio Janta, que houvesse uma contrapartida, porque aquilo ali alaga tudo, aquilo é um banhado só, e a Arena fica no alto. Eu tinha um projeto aqui há três anos. Que pena que este projeto meu não foi aprovado, que onde fosse feito condomínio que tivesse uma área com a quadra poliesportiva para esporte e lazer, para convivência dessas crianças, desses jovens e desses adolescentes. Nós estamos vivendo esse caos porque não existe sonho para essa gurizada. Não há sonho, não há campinho de várzea mais, não há nada. Eu não sou contra um País, uma cidade evoluir, mas, sim, tem que existir uma contrapartida. Eu quero muito acreditar nisso tudo que o senhor está falando por causa dos meus filhos, por causa dos meus netos, para que a gente possa ter um País bem melhor, porque, do jeito que está indo, Ver. Marcantônio, sem área de lazer, qual é o sonho dessas crianças e desses jovens?

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Tarciso. Nesses dois minutos que me restam gostaria de registrar a minha alegria em ver a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Diretoria de Direitos Humanos ter mantido um trabalho do qual eu muito me orgulho e que muito me emociona, um trabalho voltado para o acolhimento de imigrantes e refugiados. E a grande conquista, que é o Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes e Refugiados, finalmente o Governo do Estado – agradeço ao Governador Sartori – colocou à disposição uma área combinada que será no Centro Vida, ou seja, continua o trabalho sério, responsável de acolhimento aos imigrantes e refugiados. E o restaurante popular pela primeira vez na história a Prefeitura de Porto Alegre... Durante a minha gestão como Secretário Municipal de Direitos Humanos trabalhamos com força a questão da imigração, do acolhimento - também o restaurante popular é um sucesso, atendendo mais de 600 pessoas durante o dia e realmente ajudando na formação e na qualidade de vida dessas pessoas. Muito obrigado a todos pela atenção e um beijo no coração de todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, uso o nosso tempo de oposição. Tenho certeza de que os nossos Partidos, tanto o PSOL como o PT, vão usar o seu tempo para também contrapor esse balanço que nós estamos vendo com relação aos 100 dias do Governo Marchezan. De fato, o que o Marchezan fala de realidade da nossa Cidade contradiz absolutamente com a Porto Alegre que nós estamos vendo: uma Cidade que apenas hoje, só hoje, no dia de hoje faltou água em quatro bairros da Zona Sul da nossa Cidade; faltou salário para os trabalhadores de empresas

terceirizadas de várias escolas municipais de Porto Alegre. É uma cidade que sofre com o abandono e com os desastres e os ataques que nós estamos vendo neste Governo. E, por óbvio, 100 dias são pouco mais de três meses, mas já apontam uma dinâmica dos próximos meses e anos que virão. Uma dinâmica que combina um discurso de enxugamento de gastos públicos que na verdade, Ver. Marcantônio, significa enxugamento dos serviços públicos, e é isso que estamos vendo na área da assistência social com a grave crise que passa o Centro de Referência de Assistência Social, com a grave crise que passam os trabalhadores, com até falta de internet e telefone para poder atender a população, com os trabalhadores terceirizados que também na FASC estão sem receber salários. O enxugamento dos serviços essenciais, quando nós falamos, por exemplo, do tema do meio ambiente, que até agora a pasta de Meio Ambiente e Sustentabilidade encontra-se sem Secretário ou Secretária, o que não é à toa, é também a demonstração de um Governo que na reforma administrativa botou, Ver. Alex, a coordenação do licenciamento para o desenvolvimento econômico para ser comandado por interesses empresariais, ou interesses que não os interesses da defesa e preservação do meio ambiente, e deixou para a Secretaria de Sustentabilidade a questão apenas da concessão deste licenciamento, algo absolutamente inconstitucional que ao mesmo tempo mostra a política de desmonte de defesa e da preservação do meio ambiente. Um Governo que nestes dias tenta dizer que avançou na transparência com o Banco de Talentos, que ninguém sabe, ninguém viu, mas todo mundo sabe que a maioria dos CCs do Governo Marchezan são oriundos do PTB e do PP, os partidos com maior número de cargos em comissão na Administração Municipal – e eu conheço vários que se inscreveram no Banco de Talentos e sequer receberam um *e-mail*. Mais do que isso, como bem apontou meu colega Roberto Robaina no seu texto de balanço, uma parceria com a Comunitas, que tem relação com a Falconi, que junto com o PSDB em Minas Gerais, que até no Governo do Sérgio Cabral teve, reúne os grandes empresários do Itaú, do Bradesco, dos grandes frigoríficos, da Votorantim, e que sem licitação estão ocupando os prédios municipais, e inclusive os colegas do PT fizeram uma representação quanto a isso. E todo mundo sabe que nada é em vão, que nada é de graça, a não ser a tentativa de colocar os interesses deles e de uma lógica privatista fortalecida na Prefeitura Municipal, para, logo ali adiante arrochar, privatizar, como é o caso dos anúncios sistemáticos de privatização da Carris, que também segue desmontada, na qual o Prefeito botou um diretor durante 20 dias, e o cara saiu sem dar nenhuma explicação. Ao mesmo tempo, a própria Prefeitura aposta no sucateamento para justificar a privatização de uma empresa tão importante para Porto Alegre, com tanta história. Ou a ameaça da privatização do Mercado Público ou a maior crise na história da educação, como nós estamos vivendo com esta imposição da alteração do calendário de rotinas, calendário escolar, discutido no ano de 2016 para ser implementado em 2017. Uma imposição que atacou a gestão democrática das escolas, com parecer do Conselho Municipal da Educação, que tem mobilizado as comunidades para defender a gestão democrática. Enquanto o Prefeito segue dizendo que está defendendo os alunos, os alunos estão com os professores, defendendo, Ver. Cláudio Janta, os seus direitos. Ainda tem o tema do transporte coletivo, que o discurso é

transferência, mas lá na “consultinha”, que a Prefeitura lançou na internet, a transferência não falava de quanto os empresários do transporte coletivo deixam de pagar; ou não falava na taxa de lucro de 9% da tarifa, 9% de cada passagem paga em Porto Alegre, para financiar a sede de lucro dos empresários, mas se dignava ser um simulacro de participação para justificar os ataques ao meio passe dos idosos, ao meio passe dos estudantes, como agora anunciam, que enviarão à Câmara de Vereadores. Aliás, falando simulacro de democracia, a supressão das plenárias do Orçamento Participativo, que há muito precisavam ser melhoradas, que há muito precisavam ser desenvolvidas para de fato responder aos anseios de participação da cidadania, de uma cidadania ativa que existe em Porto Alegre. Mas não só não foram, como o Governo Marchezan acabou com as assembleias no ano de 2017. Então, o que nós estamos vendo é um Governo que ameaças aos servidores públicos fazendo ameaças sistemáticas sobre os salários e, ao mesmo tempo, ataca as políticas do esporte, na educação, na assistência e que, ao mesmo tempo, quer fortalecer uma lógica dos grandes empresários de dominarem a política em Porto Alegre. Então, nesses 100 dias, nós fazemos aqui o nosso balanço, chamando a população a se manifestar, a lutar pelos seus direitos, e mais do que isso, mostrando a importância do papel da fiscalização e da oposição permanente aqui nesta Câmara de Vereadores, que, por um lado para desmontar as falácias apresentadas nesses tímidos 100 dias de Governo Marchezan, mas muito mais do que isso, para ajudar a luta do povo em defesa dos seus interesses.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Janta, conduzindo os trabalhos; Vereadores e Vereadoras; Ver. Adeli Sell, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa; nós hoje, no Mercado Público, marcamos uma ida, inclusive, para compras, porque entendemos que, para estes primeiros 100 dias do Governo Marchezan, o Mercado Público tem uma simbologia importante. A simbologia de quem não faz, não mostra que tem competência, não mostra a que veio, apenas anuncia os problemas que supostamente ele diagnostica sem ouvir a população e anuncia que o melhor caminho é a privatização, entrega à iniciativa privada, aproveitar a *expertise* da iniciativa privada. Lá nós fizemos uma síntese, que a nossa bancada faz, Vereadores e Vereadoras, desses 100 dias. Primeiro que há uma produção artificial de crise, sim, ou, no mínimo, um aumento da crise econômica. Nós aqui assistimos ao debate entre os dois Secretários, e está mais do que dito, pelo contraponto entre eles, mas nós queremos indicar aqui que é falso dizer que o conjunto de precatórios possa compor a dívida deste ano. Precatórios - a Prefeitura paga com percentual fixo ano a ano, em torno de 40 a 50 milhões, e qualquer precatório será parcelado, será resolvido, debitado no tempo, no prazo e negociado.

É artificial considerar que há um déficit, uma redução de receita, porque houve antecipação de receita do IPTU e não considerar no exercício fiscal de 2017, que

poderá haver a antecipação de receita do IPTU no final do ano. Então, só tem uma redução e não tem o possível ingresso de uma parte de 2018, a não ser que o Governo venha para retirar este direito que há tantos anos a população de Porto Alegre tem. Ou então que não considere que se não antecipar para dezembro, receberá no início de janeiro, muito no início de janeiro de 2018. É falso dizer que o que o DMAE emprestou para a Prefeitura é débito lá no DMAE e é também dívida aqui da Prefeitura. Como assim, Prof. Alex, conta duas vezes como prejuízo, se é recurso público da Prefeitura de Porto Alegre? Não dá, é falso! É falso dizer que crédito consignado, que são os servidores que estão pagando parcelado, no seu contracheque, compõe dívidas da Prefeitura. É falso dizer que o ITBI, por exemplo, só vai aumentar 1,75%, porque sequer a inflação está considerada aí. Então, há uma maquiagem, há uma exacerbação da crise num filme que nós já enxergamos, para quê? Para privatizar, para tirar direitos, para ameaçar o funcionalismo, para aumentar a terceirização. Nós entendemos que isso não é leal com o funcionalismo, com as políticas públicas e com a cidade de Porto Alegre.

Segundo, o tema da redução de CCs. Os números que nós conseguimos levantar até agora, e vejam que é diferente criação de CCs e CCs providos, nos indicam que houve uma redução de 10%, e isso significa muito menos do que o número dito nas promessas de campanha, isso que os dados de março não estão consolidados, são dados soltos, ainda, mas, em março, vários editais foram publicados nomeando CCs ou tornando sem efeito a demissão de CCs – esses dados são de fevereiro. Nós também denunciemos, nesses 100 dias, a terceirização da gestão, isso é vergonhoso. Denunciamos, sexta-feira, no Ministério Público de Contas, caracterizamos como uma renúncia à gestão pública, à participação popular, Ver. Oliboni, à construção com os servidores e com os cidadãos, e houve a entrega a uma consultoria, o que, no mínimo, é um problema moral, um problema ético de ela estar trabalhando dentro dos espaços da Prefeitura, a Comunitas, que terceiriza para outra, a empresa Falconi - duas entidades, instituições com vinculações claras, físicas com o PSDB, partido do Prefeito. E o Prefeito anuncia que esse Banco de Talentos vem para corrigir, para criar justiça – imagina! –, para tornar transparente a seleção. Então, a seleção é viciada, sim, porque são entidades do PSDB, e a produção de metas de reestruturação sendo feita por essas OSCIPs do PSDB não tem nada de impessoal, não tem nada de republicano. Hoje tivemos acesso ao contrato, Ver. Adeli, com a Comunitas. Há contrapartida, sim – pasmem! –, sem licitação, sem dispensa de licitação, Ver. Airto Ferronato, o Município disponibiliza servidores, computadores, cadeiras e mesas com condições adequadas e com ergonomia - pasmem, não podem ser quaisquer cadeiras e mesas, não podem ser aquelas coisas podres que estão lá no centros comunitários, nos CRASs -, adequadas, ponto de acesso à internet para uso de *e-mail* e ramais telefônicos à disposição da Comunitas e da empresa Falconi. Ou seja, há recurso público aqui colocado em empresas privadas, empresas que, em nome do prestígio do serviço da Prefeitura, contratam trabalhadores e - pior! - zeram os diagnósticos, inclusive diagnósticos legais, como no caso da educação - o diagnóstico da educação, que está no Plano Municipal de Educação, não é considerado.

Aí, vêm absurdos como o Pró-Metas – não sei se os senhores conseguiram estudar, recebemos na quinta-feira –, que quer aumentar a proficiência dos alunos no primeiro ciclo, Ver. Prof. Alex, para que eles respondam 200 questões de português e 225 de matemática; e, no segundo ciclo, 275 de português e 300 de matemática, que compõem a Prova Brasil. Ora, a Prova Brasil com 300 questões? Isso não existe! E pior: pegam como parâmetro e não explicam, não tem nota técnica - duas cidades, Palmas e Curitiba - para dizer que esses são parâmetros para a qualidade da educação em Porto Alegre.

Enfim, nós afirmamos: não há competência de gestão, não há um novo rumo. Há, no DMLU, por exemplo, descontinuidade, assim como em outras Secretarias, como a FASC. No DMLU, Carús, em janeiro e fevereiro, nós não tivemos capina. Por quê? Porque o Governo que deveria reconhecer que esse custo que ficou de novembro e dezembro tem que ser pago, porque tem que assumir serviços prestados. A empresa não quis prorrogar o contrato; o que fez a Prefeitura? Deixou sem o serviço, em janeiro e fevereiro; e foi contratar em março. Contratou, Ver. Carús, pelo mesmo preço do contrato do final do ano passado. Então nós temos uma redução, no período, de 10% do custo, porque houve redução de serviço. Os funcionários do DMLU perderam hora extra, são os trabalhadores mais empobrecidos, e o Município, que já tinha condições difíceis de fiscalização, agora, tem menos funcionários à disposição para fiscalizar os contratos terceirizados. Por óbvio, nós estamos perdendo qualidade na Carris.

Encerro dizendo que esses 100 dias, para nós, marcam crise com duas áreas estratégicas de Porto Alegre, por essa irresponsabilidade, por esse diagnóstico superficial, por essa terceirização de diagnóstico, de planejamento, nós estamos em crise com a educação, uma crise brutal que conturba o início do ano letivo. Uma crise sem precedentes, onde as quatro escolas que se adequaram à rotina reduziram o horário com os alunos, menos crianças se alimentam e com menos horários de reuniões pedagógicas. Então a rotina não altera em nada os ditos objetivos de melhoria da qualidade. Todos os conselhos escolares dizendo isso para o Prefeito, isso para o Secretário de Educação e nenhum espaço para mediação. Nós queremos ver qual é a proposta pedagógica.

Concluo: queremos respeito ao Conselho Municipal de Educação que determinou outra coisa. São 100 dias dramáticos para a cidade de Porto Alegre, de muito autoritarismo, de muita incompetência e de esforço para privatizar o que é público e o que é nosso. E o fim da participação popular!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu também venho aqui de forma absolutamente sensível a resolver isso. Eu não quero fazer um discurso fácil. Presidente Cláudio Janta, meu amigo querido que

tem mandado mensagens profundamente afetivas pela manhã para os Vereadores pelo WhatsApp - até o elogiei, porque isso é bacana e digo para ele mandar mais, inclusive vejo que as pessoas respondem. Isso é uma coisa querida de receber de manhã! Fico muito feliz, porque aquilo que a gente manda, retorna para a gente. Acho que a crítica a um ou outro governo, e sou completamente contrário a fazer algo inconsequente, porque falar da casa, da família, do casamento, dos filhos dos outros é muito fácil. Tenho certeza de que terra arrasada é sempre o discurso mais fácil. Eu não me vinculo a esse tipo de discurso. Quando eu vim aqui no dia 02 de janeiro, falar da Secretaria dos Animais, era justamente no intuito da preocupação que eu sabia que ia se gerar sobre isso. A melhor coisa na política, o papo mais confortável, Bosco, tu que foste Secretário, é o cara vir aqui dar pau em tudo e não vale nada! E eu digo o seguinte: esse discurso, muitas vezes, é o mais confortável. Tem gente que faz uma carreira de 50 anos na política, fazendo isso. Então, tudo que é do outro não vale nada, inclusive, às vezes, eu pergunto para as pessoas que fazem esse tipo de política, o que serve, além do que a pessoa critica. Se não vier de ti, não é bom. Então, o resto tudo é ruim. É muito confortável, porque é mais ou menos como estar casado e botar toda a culpa de o teu relacionamento não dar certo na tua mulher, porque não faz isso, não faz aquilo... E isso sempre é mais confortável. Difícil é tentar buscar soluções.

Então, eu venho aqui de forma muito sincera e fraterna para dialogar a preocupação que eu tenho, relacionada à questão dos animais. Nós estamos com 1.600 metros quadrados, até agora com nada, parado – eu estava tentando fazer um cálculo e não deu tempo. Mas é em torno de 270 animais que poderiam estar sendo atendidos. Se fosse nos casos dos últimos dois meses, seguramente isso aí daria em torno de quase 10, 15 mil animais que poderiam ter sido atendidos nos últimos dois meses, Dr. Goulart.

Um hospital que tem isolamento – nunca teve um hospital com isolamento público - que tem Raio X, Tomografia, laboratório, internação – a SEDA dava, de forma muito dificultosa – sala de cirurgia, que a SEDA não fazia. Quem atendia animais de rua na SEDA sabe. Eu elogio a política pública da Secretaria dos animais, mas os animais atropelados iam para lá, e quando estavam fraturados, os doutorados mandavam - porque não tinha Raio X -, o indivíduo tentar fortalecer em casa ou em outra clínica veterinária. Quimioterapia - a Secretaria nunca atendeu, e o Hospital foi feito para isso.

Então, na verdade, eu não venho aqui fazer uma crítica, mas eu venho fazer uma reflexão para solucionarmos isso. Eu senti e estou sentindo na própria pele o número de atendimentos que tinha. E quero, inclusive, voltar aqui daqui a alguns dias ou meses para elogiar o governo Marchezan, se ele conseguir achar saída. Porque eu sou da tese... Na minha opinião, o povo não quer saber se é público, se é privado, se é isso ou aquilo, o povo quer que funcione. Eu até entendo o Governo ainda não ter achado alternativa para isso; achar um monte de política pública não é fácil. Eu, por exemplo, não seria gestor, jamais assumiria como Prefeito justamente por isso, porque a nossa condição de parlamentar é de cobrar, de pegar uma pauta, é mais confortável. E a gente tem que ter racionalidade e maturidade para entender isso. Mas eu queria, Cláudio, nesse último minuto, fazer um acordo: vamos nos sentar, eu me disponho a sentar com o Prefeito Marchezan e inclusive com você, Moisés, para buscarmos

alternativas. O que me preocupa é que, a cada dois meses, vão ser 10, 15 mil animais; chegaremos em julho, talvez, com 50, 80 mil animais que poderiam ter sido atendidos. Eu quero fazer parte da ajudar; não ser irresponsável, não dar discurso fácil e ajudar de uma forma muito positiva, saudável e com a preocupação sincera pelos animais.

Mais uma vez, parabéns pelas tuas mensagens no WhatsApp, mantenha-as porque, com certeza, isso agrega. Se fizerem deboche – o Bosco gosta de fazer brincadeiras –, não vá atrás porque quem planta o bem, sempre vai colher o bem. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, saúdo o Presidente Cláudio Janta e os demais colegas. Apenas três tópicos rapidamente. Eu não poderia deixar de fazer – já que, no dia em que ocorreu, me passei na jogada – um elogio que não podemos deixar de fazer ao sistema de reconhecimento ótico de caracteres, que foi testado nesses dias e já flagrou um veículo roubado. No ano passado, a gente fez a defesa de que as câmaras não poderiam ser somente para multar o contribuinte, também deveriam ser usadas para fazer o reconhecimento ótico de caracteres, já que as câmeras estão ali e o sistema existe. Faço um elogio a essa cooperação entre o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal e os Poderes envolvidos na segurança pública que começam a experimentados aqui na Capital, que certamente vão ajudar no combate contra essa insegurança pública que a gente vive. Queria saudar a ação da Prefeitura – feira Seja Legal – que aconteceu de 21 a 23 de março. Recebi os dados do Secretário Ricardo Gomes que informou que foram atendidas cerca de 3 mil pessoas, com 713 sendo orientadas e encaminhadas pela feira que visa, na realidade, a atender à regularização no comércio. Aqui está a Comandante Nádia que muito vai abrilhantar a Frente Parlamentar em Defesa do Centro Histórico de Porto Alegre. A gente saúda essa ação da Prefeitura. Respondendo ao colega Rodrigo Maroni que, sim, a gente está atento à questão do hospital, mas queria só deixar claro aqui que hoje o hospital não está funcionando porque não tem a licença ainda para abrir; porém a Administração Municipal fez uma reunião com o empreendedor, com a família Grendene, que estudou e conversou com o Prefeito e vai colocar uma verba no hospital para que possam ser feitos atendimentos de castração e algumas outras atividades. Só queria deixar claro que temos que aguardar o licenciamento para operar, só que a licença, pelo que temos de informação, compete ao Município de Viamão. Estamos acompanhando de perto a questão do hospital.

Por ultimo, não poderia deixar de dizer aqui, até quero pedir um pouquinho da atenção dos senhores, com muita tranquilidade, que o bloco de oposição trouxe aqui a questão que saiu na mídia da Comunitas. Gostaria de deixar claro com muita tranquilidade, muita transparência aqui que a Comunitas é uma organização financiada

por grandes empresas nacionais e internacionais, todos sabemos. Agora, é leviano subir aqui e dizer que a Comunitas, essa empresa que atende no Brasil todo é do PSDB. Isso não é verdade, isso é um factóide criado, nós sabemos muito bem para quê. Não faço política incitando o ódio, não gosto disso. Então, com muita tranquilidade, muita transparência quero assegurar às pessoas que estão ouvindo e vendo a TVCâmara: foi entregue pelo bloco de oposição à Justiça esclarecimentos sobre isso, quero deixar claro que está registrado no *site* da Comunitas e, com certeza, asseguro às senhoras e aos senhores que a própria Justiça vai deixar muito claro esse termo de cooperação que foi feito, para que a nossa Administração fizesse apenas uma coisa: buscasse uma gestão pública moderna e focada na eficiência, porque o modelo que hoje existe infelizmente trouxe Porto Alegre à situação que está aí. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, tem um tema que está sendo discutido que é o balanço dos 100 dias. Eu escrevi um breve balanço e creio que algumas discussões parciais têm sido feitas ao longo dos debates na Câmara dos Vereadores. Eu sei que o Bosco, por exemplo, tem tido toda uma preocupação demonstrando o déficit que nós podemos ter na questão do esporte, caso ocorra uma desassistência em relação à Secretaria de Esportes, como tem ocorrido. Há debates envolvendo a Secretaria da Educação e o decreto que altera a rotina dos professores, o que tem provocado – e nós temos dito isso – uma crise importante na educação municipal. Há uma ameaça de desmonte ou de privatização do Mercado Público, há uma série de questões pontuais que vêm sendo debatidas na Câmara de Vereadores.

O que eu creio que seja substancial – é lógico e vários apontam isso – é que 100 dias é absolutamente insuficiente, em 100 dias não tem a menor chance de se fazer um balanço exaustivo de um governo. Um governo não resolve o nível de problemas que tem Porto Alegre em cem dias. O que eu acho que cem dias permitem visualizar é o rumo que o Governo quer dar, a essência do que o Governo quer fazer. Eu, ao contrário do Ver. Moisés... O acerto entre o Governo Marchezan e a consultoria Falconi, para mim, não é um problema judicial. Nós sabemos que a Prefeitura do PSDB, em Pelotas, fez também um acordo sem licitação com a mesma empresa, e a Justiça embargou, impediu a realização desse acordo, pelo menos corrigiu judicialmente os erros que esse acordo tinha.

Em Porto Alegre, acho que o ponto essencial não é jurídico, o ponto essencial é político, porque a consultoria Falconi tem uma linha política de gestão neoliberal. Qual é a essência da gestão neoliberal? Responsabilizar servidores públicos pelos problemas da Cidade, desmontar serviços públicos, achando que o que deve dominar a gestão da Cidade é uma lógica empresarial privada, a lógica dos grandes empresários. E a Falconi já deu consultoria para o Governo do Aécio Neves, em Minas

Gerais – o Governo do PSDB em Minas foi assessorado pela Falconi –, o que não impediu que uma das grandes obras do ex-Governador Aécio seja uma das investigadas na Lava Jato, corroborando esquemas de corrupção nesta obra do ex-Governador de Minas. A consultoria Falconi, que o Prefeito Marchezan quer que seja a gerente da Prefeitura de Porto Alegre, também fez consultoria ao Governador Sérgio Cabral, que agora está preso. A Falconi foi a responsável também pela administração durante o Governo Yeda Crusius. Neste ponto, acho que há uma coincidência, um elemento de continuidade entre os governos Marchezan e Yeda Crusius – eu não sabia que havia este ponto –, que é o balanço que a consultoria Falconi deve ser o grande exemplo, como dizia o Ver. Moisés, a consultoria capaz de ajudar a gerenciar Porto Alegre, garantir que Porto Alegre tenha uma gestão eficaz. Pois eu creio que o balanço do Governo Aécio, em Minas Gerais, o balanço do Governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, e o balanço da Governadora Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul, nos indicam claramente que esta consultoria não permitirá que Porto Alegre tenha uma gestão eficaz, porque é uma consultoria que só responde pela lógica de interesses privados que ataca os servidores públicos, que desmonta os serviços públicos, que tem como lógica cortar em saúde, educação, segurança pública - tudo do que a nossa Cidade necessita. Então para mim esse é o ponto fundamental. Eu creio que a indicação que foi dada é ruim nesses 100 dias! Isso se expressa na ameaça, dia sim e outro também, de não pagar os servidores públicos, por exemplo. Isso provoca uma situação de insegurança nos servidores públicos, que não permite que haja por parte da Prefeitura uma cobrança rigorosa do conjunto do funcionalismo de que o serviço seja bem prestado. Porque é evidente que um governo deve ter rigor e deve cobrar o trabalho dos servidores públicos, mas cobrar o trabalho dos servidores públicos quer dizer respeitar e valorizar o servidor público, saber que o serviço público só pode ser bem feito se houver uma parceria entre Governo e servidores públicos. E a lógica do Governo, infelizmente, é de ataque aos servidores públicos, nós vimos na educação – em que é evidente que nós temos problemas. Nós temos problemas na Educação Municipal, mas estes não vão se resolver atacando os interesses dos professores municipais. A forma de melhorar a Educação Municipal é tendo parceria com os professores municipais, com a comunidade escolar. Da mesma forma, o melhor caminho para que tenhamos melhor aproveitamento do lazer, do esporte, do que Secretaria de Esportes pode fazer é valorizar a Secretaria não desmontá-la. Há uma lógica de desmonte em curso, e é isso que nós tentamos evitar.

Outra questão que me preocupa é que o Governo também não tem respondido ao problema da corrupção. Atualmente, ainda segue o esquema de empresas corruptas com recursos públicos sendo recebidos. Eu tenho apontado, já falei mais de uma vez, a necessidade de haver uma CPI do DEP. O DEP, há poucos dias, foi assaltado novamente. Já é uma vergonha! Nós já estamos sem uma situação de vergonha. Quer dizer que podem roubar a Prefeitura de Porto Alegre e o Governo não vai tomar medidas?! A Câmara de Vereadores não vai tomar medidas?! Nós temos uma obrigação constitucional de fiscalizar. Essas obrigações constitucionais devem ser cumpridas, e o Governo deve apoiá-las. Infelizmente, até agora, o Governo Marchezan

não apoiou que a Câmara de Vereadores realize uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não só para investigar as empresas que estão roubando, ou eventuais servidores ou políticos que estejam participando desse roubo, mas para que possamos rever esses recursos. No caso do DEP, foram mais de R\$ 5 milhões assaltados dos cofres públicos. Isso não é brincadeira. Isso o Governo pode sinalizar ou não. Até agora, o Governo infelizmente não sinalizou para que possamos avançar no combate à corrupção e ao combate aos privilégios. Por isso que esses 100 dias nos preocupam, porque nós temos visto que o Governo está mostrando o rumo, que é o desmonte do serviço público, de entrega da lógica administrativa para a lógica empresarial privada. Isso não faz bem para Porto Alegre, não faz bem para a educação pública, para a saúde pública e para os serviços públicos de modo geral. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadores. Aos cem dias do novo Governo, as manifestações me chamam a atenção, com alguns pontos interessantes a serem considerados. Primeiro, fico, de certa forma, constrangido, enquanto independente que sou, de ver a fase em que estão alguns partidos políticos que precisam vir aqui falar que o Governo está vivendo um drama por ter contratado capina pelo mesmo preço que o ano anterior, ou seja, que economizou com a inflação; também o drama da hora extra do DMLU. Alguns dizem defender a redução de jornada, mas para o DMLU não defendem tal redução de jornada; e o mais engraçado que vejo são as críticas às cadeiras ergonômicas para voluntários da Falconi. Ou seja, a empresa vem prestar um serviço voluntariamente e não pode pedir cadeiras ergonômicas, sendo que defendem condições de trabalho para o trabalhador. São coisas irônicas que fiz questão de destacar.

Faço questão também de falar que vale, sim, a crítica ao Governo, e faço questão de falar que o Governo deve ser chamado a atenção que, a cem dias de Governo, ainda não aconteceu nenhuma privatização – eu estou aguardando –, ainda há morosidade na abertura de empresas, e temos discutido isso na Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, então estamos aguardando respostas também. E acho muito bem apontado pelo Ver. Roberto Robaina que as investigações que estão correndo, em que o Ministério Público foi chamado, poderiam dar sinais do seu andamento e dar algum esclarecimento maior de como as coisas estão sendo conduzidas. Então, faço questão de chamar a atenção sobre qual fase está vivendo a maior parte da oposição, por apontar coisas bastante mesquinhas, no meu ponto de vista, mas também apontou outras bastante importantes, faço questão de destacar.

Aqui deixo também o meu apoio ao Prefeito Marchezan na hora em que ele apontar privatizações. Espero contar com um parceiro, assim como ele pode contar comigo para levar adiante suas ideias, porque são ideias que resolvem ou se

encaminham para resolução de problemas da nossa Cidade, que vive um inchaço estatal crônico, e esses gargalos precisam ser resolvidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, olhem só o dilema em que está o Prefeito: uns dizem que ele quer privatizar, outros vêm aqui e dizem que ele deve privatizar, e as galerias batem palmas para ambos os lados. Olhem só que loucura ser Prefeito na cidade de Porto Alegre! Mas nós queremos aqui ajudar um pouco na prestação de contas dos 100 dias de Governo, porque achamos que alguma coisa nós fizemos. Agora, daí a vir aqui e dizer que nos 100 dias do nosso Governo faltou água em quatro bairros de Porto Alegre... Parece que nunca faltou água em Porto Alegre. Então, culpar o nosso Governo por 100 dias de falta de água é que nem dizer que nós vamos acabar com todas as políticas de esporte em Porto Alegre. É que nem dizer que nós estamos enxugando o serviço público. Essa semana, agora, o Prefeito anunciou a abertura de mais um posto de saúde até as 22h. Quem enxuga, não amplia. Estão dizendo que estamos desmontando a Secretaria do Meio Ambiente. Em cem dias, não teve nenhuma denúncia de prática antiambiental em Porto Alegre ou de coisas que foram feitas na Cidade que tivessem atingido a questão ambiental. Eu lembro que, logo que cheguei aqui, nesse mesmo período, a Ver.^a Sofia estava agarrada em umas árvores aqui em Porto Alegre, e nós tínhamos Secretaria do Meio Ambiente. E nós, nesses 100 dias, não cometemos nenhum ato contra o meio ambiente. As políticas de preservação ambiental, assim como as políticas de esporte na cidade Porto Alegre, elas continuam. Agora existem anúncios de que vamos privatizar e a cobrança de que nós temos que privatizar. Olhem só como é o desencontro das coisas na cidade de Porto Alegre, existe uma boataria de que vamos acabar com o esporte, vamos acabar com a questão do meio ambiente, vamos acabar com todos os animais de Porto Alegre. Nós anunciamos mais de R\$ 1 milhão já para investir no Hospital Veterinário em Porto Alegre, o que faltam são as licenças. Nós estamos cumprindo com todos os trâmites legais necessários.

Agora, sobre o empréstimo do DMAE. Vou tentar explicar aqui de novo sobre o empréstimo do DMAE. Esse empréstimo foi contraído e tinha um prazo para pagamento agendado, parcelado, só que todo esse empréstimo foi pago de uma vez só. E agora nós temos que pagar o empréstimo do DMAE. É simples. Alguém faz um empréstimo, vai lá, paga e tu ficas com esse credor para pagar. Nós temos que pagar o empréstimo do DMAE que foi contraído para quem contraiu o empréstimo?

Sobre a redução de CCs. Está comprovado, é só chegar nos órgãos da Prefeitura e ver que nós estamos fazendo as coisas com as quais nos comprometemos.

Só em salários, nós já reduzimos bastante, porque o teto dos CCs é de R\$ 9.000,00. Agora, dizer que nós demos material de primeira para consultoria enquanto o CRAS e outros órgãos da Prefeitura usam coisas podres, aí é desvalorizar os funcionários públicos do Município, os trabalhadores do Município. Nós não demos nada podre para ninguém. Os trabalhadores do Município trabalham com coisas que a Prefeitura disponibiliza há muito tempo. Nós fizemos outras coisas, como uma parceria para recuperar cem viaturas da Brigada Militar, e já estamos entregando cinquenta agora. Os espaços públicos em Porto Alegre serão cem por cento monitorados com videomonitoramento, com uma integração da Guarda Municipal que vem fazendo um grande trabalho junto com a EPTC, Defesa Civil, Carris, Samu, Procempa, FASC, DMLU; tudo isso será um sistema grande de monitoramento. Esse videomonitoramento, com a parceria que a Guarda Municipal e a nossa Secretaria Municipal de Segurança, está sendo feito juntamente com a Brigada Militar e a Polícia Civil. Porto Alegre terá mais de 1.200 câmeras integradas ao Ceic, fazendo um monitoramento da nossa Cidade. O nosso foco tem sido a mobilidade. Nós estamos fazendo um grande projeto para integrar os sistemas de transporte em Porto Alegre. A bilhetagem eletrônica vai vir para a Prefeitura, já está na mão da Prefeitura. O caixa desta bilhetagem eletrônica está vindo para a Prefeitura; terá o reconhecimento facial, não só nos ônibus, mas também nos táxis; todo o sistema de transporte de Porto Alegre será feito por reconhecimento facial...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: O nosso foco foi, não somente ir para a rua e tirar os trabalhadores da informalidade, mas também buscar alternativas, nesses 100 dias, para esses operários que trabalham na informalidade, na rua. A Prefeitura atendeu e está fazendo o cadastramento de mais de 3.800 trabalhadores que trabalham nas ruas de Porto Alegre, encaminhando essas pessoas para cursos, buscando mais de 100 alvarás para ambulantes, preparando essas pessoas para entrar no mercado de trabalho.

Estamos procurando, junto ao BNDES, um financiamento, que já está encaminhado, de mais de R\$ 5 milhões, para transformar 18 equipamentos de qualificação profissional, junto com educadores ambientais nas triagens de reciclagem de lixo. Como já falei aqui, tem a questão do hospital veterinário.

Estamos fazendo uma economia de mais de R\$ 1,6 milhão na questão de rever os convênios, rever os contratos com as empresas que prestavam serviço para a Prefeitura de Porto Alegre.

Estamos procurando saídas para não sacrificar os servidores do Município. Nós entendemos e sabemos que os servidores do Município são a alma da Prefeitura de Porto Alegre, são a alma da gestão pública de Porto Alegre, e nós, em hipótese nenhuma, vamos procurar maltratar, vamos procurar tirar os salários desses servidores.

Estamos fazendo o possível para pagar em dia os salários desses servidores. Agora, não temos, como foi proposto aqui, como antecipar o IPTU de 2018. Não tem milagre, Ver. Cecchim! Como é que nós vamos antecipar agora, no meio do ano, o IPTU de 2018? Não tem como! Nós temos que fazer lições de casa como os trabalhadores fazem. E várias vezes já subi aqui nesta tribuna. O trabalhador faz lição de casa. Quando aperta o cinto na sua casa, o trabalhador faz lá a lição de casa, ele usa menos o carro, diminui o churrasquinho no fim de semana, diminui as coisas dentro de casa. E é isso que estamos fazendo na Prefeitura de Porto Alegre, com uma diferença: com a verdade! Contra dados e números, não existem argumentos. Estamos mostrando os dados e os números reais da Prefeitura, e não somos nós que estamos fazendo isso, são os funcionários que trabalham na Secretaria da Fazenda do Município. Não é CC que faz isso, não é auditoria de fora que faz isso; quem está fazendo isso são os funcionários de carreira da Secretaria da Fazenda, que fazem isso para o Governo Marchezan, que fizeram isso para o Governo do Fortunati, que fizeram isso para o Governo do Fogaça, que fizeram isso para o Governo do Tarso Genro, do Verle, do Olívio Dutra, do Dib, para todos os prefeitos que passaram por Porto Alegre. São eles que fazem isso; são eles que mostram os números. E cabe ao gestor público aceitar e mostrar esses números ou não. E nós fizemos a opção de sermos francos com a população de Porto Alegre, Ver. Tarciso Flecha Negra. Viemos mostrar a realidade desses números e dizer para a população de Porto Alegre que nós não vamos mais sacar dinheiro do Fundo da Criança, não vamos sacar dinheiro do Fundo do Mercado, nós não vamos mais sacar dinheiro do Fundo do Esporte, do Fundo do Idoso. Vamos trabalhar com o dinheiro real que tem na Prefeitura. É como o trabalhador ficar tirando empréstimo consignado todo mês; é como o trabalhador ficar pedindo adiantamento do 13º na empresa; ficar trabalhando com um dinheiro ilusório. Nós não vamos fazer isso! Nós vamos trabalhar com a receita real da Prefeitura! E vamos fazer os ajustes necessários: implementamos o teto na Prefeitura, implementamos o teto nos CCs e vamos fazer todos os ajustes necessários, inclusive chamando os credores, negociando com eles, entendendo a necessidade de quem tem pouco para receber na Prefeitura, chamando quem tem muito para receber para sentar, conversar com a Prefeitura e fazer um parcelamento. Esse é o nosso compromisso: de falar sempre a verdade para os trabalhadores municipais, para a população de Porto Alegre, para o povo de Porto Alegre. Esse foi o compromisso por nós assumido nas urnas, nas eleições e está sendo o nosso modo de governar a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, do PMDB, está se preparando muito bem, já está preparado para ser Presidente, sorte dos Srs. Vereadores. Eu não estou aqui para defender o Marchezan e nem para atacar, Ver.

Janta. V. Exa. fez muito bem uma resenha do que está acontecendo. Eu só queria, para não deixar passar batido, explicar para a Ver.^a Sofia, por exemplo, a diferença entre um empréstimo do DMAE para a Prefeitura, que jamais vai ser perdido o dinheiro, porque a Prefeitura vai devolver para o DMAE; e a aplicação que a Deputada Estela Farias, do Partido dela, que tomou dinheiro da Prefeitura de Alvorada e passou no Banco de Santos, que faliu e nunca mais voltou o dinheiro. Essa é a diferença! A diferença é a de pedir um dinheiro emprestado honestamente, e a outra é de entregar o dinheiro para aquele grande banqueiro que comprava obras de arte. Aliás, eu não sei se o pessoal do partido aprendeu com eles, mas tem muita gente dessas comprando obras de arte. Então essa é que grande diferença do empréstimo do DMAE para a Prefeitura, que vai receber; e essa aplicação da Deputada Estela Farias, que emprestou dinheiro da Prefeitura de Alvorada e nunca mais vai receber. É isso. Também tem mais uma outra coisa dessa tal de Dom Cabral. E eu não morro de amores, não, não morro de amores. Mas só para ficar tranquilo, para a Ver.^a Sofia também não ficar muito estressada, a Dom Cabral prestava assessoria para a Presidente Dilma, para a Infraero e para mais alguns Ministérios. Então, para deixar claro essas coisas, porque, às vezes, criticamos daqui, mas esquecemos acolá. Eu queria fazer aqui um pedido, Ver. Janta. V. Exa. falou que não vai deixar de ter a política de esportes. Na semana passada, eu falei sobre as canchas de bocha que têm na cidade de Porto Alegre. O esporte é futebol, é ginástica, um monte de esporte e todos eles têm uma importância muito grande para todas as idades. Mas eu queria fazer aqui um pedido, através da Secretaria, se for Secretaria, ou através de departamento se for departamento: não abandonem as canchas de bocha da cidade de Porto Alegre. V. Exa. cuidou muito bem, Vereador João Bosco, têm muita gente que joga bocha na cidade de Porto Alegre, na maioria aposentados que estão lá todas as tardes, no final da manhã às vezes, jogando bocha, e mais importante, fazendo uma convivência saudável. O jogo de bocha agrega as pessoas, este item não pode ser esquecido de maneira nenhuma em nenhum momento porque não é só o esporte que se ajuda a fazer lá, se ajuda a fazer a convivência das pessoas da segunda, terceira idade, e até mais velhos. Estou meio na segunda idade e eu gosto muito de bocha, porque é um esporte limpo, um esporte saudável, ele mesmo, por si só, já é um exercício físico importante para essas pessoas que o praticam. Como se fala pouco neste esporte, eu, como bom gringo e mais ou menos jogador de bocha, quero fazer esse pedido, Ver. Janta, para o Prefeito Nelson Marchezan: não se esqueça das canchas de bocha, vamos dar suporte e apoio, pois isso evita, muitas vezes, consultas no hospital ou nos pronto atendimentos, ajuda a vida, ajuda a convivência, e por isso faço esse pedido para que cuidem das canchas de bocha e de quem pratica esse esporte tão bom e tão importante. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Aproveito a sua manifestação, pois quero fazer um pedido aqui aos Vereadores Cláudio Janta e Moisés Maluco do Bem também com relação a isso:

algumas praças de Porto Alegre têm tabuleiros de xadrez, que é algo bastante importante, e os tabuleiros têm duas coisas, primeiro, estão configurados errados, estão invertidos. E quem me observou foi a Federação Gaúcha de Xadrez, já fiz um pedido à SMAM, mas temos tido dificuldade nesses últimos tempos, porque a SMAM ainda está acéfala, o Secretário Kevin Krieger ainda está respondendo interinamente pela SMAM. Então quero pedir ao Líder do Governo e ao Vice-Líder, por favor, que nos ajudassem nesta questão, porque é um jogo, extremamente importante para o desenvolvimento do raciocínio. Que bom que nós pudéssemos ter um projeto, até nas escolas municipais, para isso. E aproveito, Ver. João Carlos Nedel, que é o próximo na tribuna, mas só queria relatar que, hoje pela manhã, fui representando a Câmara, na vinda do Ministro Osmar Terra a Porto Alegre. O Ministro esteve lá no Palácio Piratini lançando, junto com o Governador, e mais de 70 Prefeituras, o programa Primeira Infância Melhor. E eu quero dizer que isso não é uma questão de partido, nem de divisão política, acho que a questão da criança une a todos, e Porto Alegre precisa avançar nisso também. O que o Ministro disse e que muitos de nós já sabem, mas nunca é demais registrar, Ver. Dr. Goulart, o senhor que é médico, é que nos primeiros mil dias, Ver. Tarciso, o senhor que sempre está interessado nos assuntos das crianças, os primeiros mil dias é o período formação do intelecto, do cérebro, das sinapses, das proteínas, enfim. Portanto, as prefeituras, e aproveito que aqui a TV Câmara nos ajuda a levar isso adiante, nem todas as Câmaras têm, então fica aqui - repito - um chamamento às prefeituras para que procurem o Governo Federal para esse conveniamento, porque ajuda as crianças, especialmente, aquelas beneficiárias do Bolsa Família, para que possam receber esses recursos as famílias mais carentes para fazer frente à questão alimentar das crianças.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. João Bosco Vaz, o Presidente preside, mas ele faz algumas comunicações de interesse da Casa e da política de vez em quando. Muito obrigado.

O SR. MENDES RIBEIRO: Só para contribuir, Presidente, hoje receberam esse valor do Governo Federal mais de 70 prefeituras. Infelizmente, Porto Alegre não estava contemplada porque o Conselho achou que o valor era pouco. Por isso, Porto Alegre não foi incluída nesse dinheiro do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): E nós tivemos a Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo, e temos que fazer um chamamento a ela para que venha aderir a este programa, porque ele é fundamental. Ninguém está jogando dinheiro para cima. Tem que ser revista essa posição, espero que seja.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Presidente Valter Nagelstein, Vereadores e Vereadoras; primeiramente, eu queria elogiar o Ver. Maroni, que veio aqui e fez um discurso equilibrado. É muito importante, nesta hora, o equilíbrio.

Sobre as realizações dos primeiros 100 dias, o Ver. Moisés Maluco do Bem, o Ver. Janta já explicaram e já falaram, mas eu queria lembrar que nós realmente estamos com uma crise financeira elevada. Sim, R\$ 700 milhões de déficit neste ano que precisa ser diminuído, recuperado e trabalhado muito, com redução de custos e, se possível, com aumento de receita, sem aumento de imposto. Evidente, com essa crise e com esse déficit, que os pagamentos atrasam, as obras atrasam e isso atrasa também o desenvolvimento da Cidade.

Eu queria falar um pouquinho sobre o assunto que a Ver.^a Sofia aqui falou e usou muito a palavra falso. Eu fiquei impressionado com a palavra falso. Vereadora, falso é o que V. Exa. falou, que o Mercado vai ser privatizado. Isso é falso, Vereadora, é falso! É falso! Vocês, evidentemente, são pessoas inteligentes, são inteligentes, a senhora é muito inteligente, até veio me dar uma lição de contabilidade e de finanças. Eu agradeço e aceito com muito prazer. Mas é falso, porque há uma diferença entre privatização, concessão ou permissão. Há uma diferença, Vereadora; a senhora não deve falsear a palavra. Isso é perigoso, muito perigoso. Então, é claro que o nosso Mercado precisa ser modernizado. Ele não trabalha aos domingos, tem um horário reduzido, e a concorrência está aí. Eu sei que provavelmente está vindo para Porto Alegre um grupo espanhol chamado Mercado San Miguel, que é um mercado ágil, um mercado moderno – o Ver. Adeli conhece. Então, nós temos que preparar o Mercado para o futuro, modernizá-lo, e nós, evidentemente, temos problemas de gestão. Então, transferindo essa gestão para a iniciativa privada, para especialistas, eu tenho certeza de que o Mercado irá melhorar e irá enfrentar a concorrência futura, porque o Mercado pode melhorar – ele funciona bem, mas pode melhorar.

Também é falso, Vereadora, a senhora falar mal das assessorias que vêm prestar serviço não à custa da Prefeitura, não à custa do povo de Porto Alegre, e a senhora vem criticar as condições de trabalho que a Prefeitura apresenta para essas consultorias. É evidente que tem que ter condições de trabalho!

A senhora também falou em crise na educação. Não há crise na educação. Vereadora, a senhora se lembra de que, quando a senhora era secretária, concedeu várias regalias para as professoras, e, com isso, alavancou um futuro muito interessante. Agora, retiradas essas regalias, volta ao normal, as professoras vão perder algumas regalias, mas os alunos vão ganhar educação, isso é extremamente importante.

Eu quero pedir à população de Porto Alegre um pouquinho mais de paciência, porque o trabalho é muito grande na recuperação das finanças municipais e na gestão municipal também. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h54min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Informo que a Reunião Conjunta das Comissões que estamos por realizar desde a semana passada ficará para quarta-feira.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à votação do Requerimento nº 090/17, do Requerimento nº 075/17, do Requerimento nº 091/17 e do Requerimento 080/17. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 090/17 – (Proc. nº 1083/17 – Ver. João Bosco Vaz) – requer seja o período de Comunicações do dia 24 de abril destinado a assinalar o transcurso dos 100 anos de fundação da Sociedade Beneficente Espírita Bezerra de Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento nº 090/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 075/17 – (Proc. nº 0916/17 – Ver^a Comandante Nádia) – requer seja o período de Comunicações do dia 10 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 80 anos da Academia de Polícia Civil (Acadepol).

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento nº 075/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 091/17 – (Proc. nº 1105/17 – Ver. Valter Nagelstein) – requer seja encaminhada Moção de Apoio à SINAGOGA SIBRA, na pessoa do seu Presidente, Daniel Weiss e do Rabino Guershon Kwasniewski e à ARQUIDIOCESE DE PORTO

ALEGRE, na pessoa do Arcebispo Jaime Splenger e do Bispo auxiliar Leomar Brustolin, “pelos motivos que passo a expor: No próximo dia 11 de abril, às 19h30min, sob a iniciativa tomada da Arquidiocese da Capital e da Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (SIBRA), será oficiada pelo Rabino Guershon Kwasniewski, o “Seder de Pessach” (Páscoa Judaica) e terá lugar no subsolo da Catedral Metropolitana de Porto Alegre”.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 091/17. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é muito importante. O Troféu Câmara de Porto Alegre é um troféu que o Vereador pode dar somente um por legislatura – só para registrar da importância desse troféu. E eu, na legislatura passada, destinei esse troféu ao diálogo inter-religioso, porque um dos grandes problemas que nós temos hoje é a intolerância religiosa. Ainda antontem, no Egito, tivemos explosões em Igrejas Cristãs Coptas, nesse conflito que se estabelece entre muçulmanos, cristãos, judeus que, infelizmente, encontra ali na Terra Santa, de Israel, o seu epicentro, onde na verdade deveria ser o contrário.

Então, nesse sentido é sempre importante nós reconhecermos o diálogo inter-religioso, e o exercício da alteridade, que é nos colocarmos no lugar do outro, respeitarmos o outro, as suas razões, os seus credos, as suas convicções, mesmo que sejam diferentes dos nossos.

Nós temos três grandes religiões ocidentais: O Judaísmo, a primeira delas, porque somos todos filhos de Abraão, o patriarca, que sai da sua casa, Deus diz a ele: “Sai da casa da tua parentela.” Ele segue, acaba por se localizar, faz uma peregrinação, sai de onde é o atual Iraque, Vale do Ruhr, e termina onde hoje é Israel. Da descendência de Abraão, nascem duas grandes vertentes das religiões ocidentais: uma delas, do seu filho Ismael, o islamismo; e de outra de Isaac e Jacó, de onde veio toda a árvore genealógica que chega em Jesus Cristo, que, na grande religião ocidental, é o cristianismo. Pois bem, essas religiões têm as suas liturgias, as suas tradições e festividades. A religião judaica tem, desde sempre, a Páscoa. Várias das tradições e festividades judaicas têm a mesma origem que é a Bíblia. Na verdade, o Antigo Testamento cristão e o judaico são os mesmos; nós temos desde o Gênesis, o nascimento do mundo; Levítico; Deuteronômio, e mais tantos livros que compõem o Livro da Torá, que é o Antigo Testamento em comum entre cristãos e judeus. Durante muito tempo, perdurou na humanidade essas questões de incompreensão, porque os judeus foram, por 2 mil anos, acusados de deicídio até o evento muito recente, quando o Papa São João Paulo II, canonizado santo padre, reconhece um erro histórico de se atribuir essa culpa ou essa acusação aos judeus, que, ao longo do tempo, permitiram também todo a sorte de crimes, os mais bárbaros possíveis, desde “judiarias” –que acabamos infelizmente incorporando no nosso idioma –, que aconteceram na Europa e durante a Idade Média, culminando, inclusive, no odioso processo do holocausto e da

perseguição que assombrou a humanidade no século passado. Portanto, seria o momento de a humanidade viver um novo tempo, e esse novo tempo seria exatamente o conagraçamento de todas as religiões e a compreensão que todos nós devemos ter. É importante, nesse sentido, que reconheçamos um evento que vai ocorrer aqui na Catedral Metropolitana, que é exatamente, Ver. Matheus Ayres, a celebração dessas duas páscoas: a judaica, que se remete a Moisés, o profeta e a toda a história de libertação do povo, desde as pragas do Egito e da lembrança de que todos nós um dia fomos escravos. Então, nós temos que lutar pela liberdade e compromisso de Deus para conosco, obviamente para aqueles que acreditam; e a Páscoa cristã, que é o advento da paixão de Cristo, que viveu, nasceu e morreu como judeu. Na verdade, o cristianismo nasceu como uma pequena seita judaica e aí então toma a sua vida própria. É muito importante nós buscarmos esse ecumenismo, essa união entre as duas religiões, é um exemplo fundamental da nossa Arquidiocese de Porto Alegre que o Rabino Guershon, da Sibra, e por isso essa Moção, à qual gostaria que recebesse o apoio unânime da Câmara de Vereadores, porque, no momento em que as pessoas estão se matando por questões religiosas, nós aqui estamos dando o exemplo de que é possível conviver, de que é possível aproximar as nossas diferenças, respeitando as nossas diferenças e construindo um mundo de paz. Esse é o sentido dessa Moção de Apoio, num evento que será amanhã à noite aqui na Cripta da Catedral Metropolitana. Na verdade, Seder de Pessach é um jantar ritual onde se fala toda essa história do êxodo do Egito. É um jantar ritualístico que tem o pão ázimo, que, para os católicos é a hóstia, que é o matzá, que é aquele pão maná que Deus dava, é um pão sem levedo, sem fermento, a benção do vinho mais os alimentos que lembram esse período de privações. É isso que nós vamos estar aproximando então essa duas religiões. Agradeço muito, fico muito feliz e gostaria muito - o Ver. Matheus disse que vai estar lá amanhã, que bom, não sei se o Professor Wambert vai estar -, mas gostaria muito que todos, se pudessem, que estivessem juntos. Se não puderem estar pessoalmente, que amanhã estejamos em espírito, Ver.^a Mônica, todos juntos num momento tão especial. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 091/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 080/17 – (Proc. nº 0958/17 – Ver. Valter Nagelstein) – requer a realização de Sessão Solene no dia 09 de maio, às 19 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 69 anos da criação do Estado de Israel.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 080/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver.^a Fernanda Melchionna, dos Vereadores Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, e com a abstenção da Ver.^a Sofia Cavedon.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem de priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à votação do Requerimento nº 087/17; em seguida, os Requerimentos nº 034/17 e nº 008/17. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 087/17 – (Proc. nº 1025/17 – Ver. Mendes Ribeiro e outros) – requer seja encaminhada Moção de Repúdio “à alteração na legislação eleitoral brasileira que vise a adoção do sistema de voto em lista fechada nas eleições proporcionais, em decorrência das discussões que estão acontecendo no âmbito do Congresso Nacional, especificamente na Comissão Especial da Reforma Política, instalada na Câmara dos Deputados”.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 087/17. (Pausa) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro, quero agradecer a minha bancada – Ver. Valter, Ver. Cecchim, Ver.^a Nádia e Ver. Carús – pela parceria nesta proposição. Acho que essa é uma questão muito delicada, acho um total desrespeito à população brasileira num período como este, em que nós vivemos um descrédito da população, querer que, nas próximas eleições, se vote em lista fechada. Eu pergunto: qual a credibilidade que têm os partidos hoje para tomar uma decisão como essa? Qual a legitimidade? E as novas lideranças de que este País tanto precisa para renovar nossa política, para realmente trabalhar em prol dos que precisam e para buscar uma qualidade de vida de todos nós, cidadãos brasileiros... Então peço aos colegas que aprovem esta Moção tão importante. É importante esta Câmara dar a resposta ao nosso Congresso. Tenho certeza de que a população, a sociedade, vai para a rua questionar esta barbaridade. Isso é um absurdo, isso é despersonalizar o voto do cidadão, é mudar o que a nossa Constituição fala, que todo poder emana do povo. A partir desta decisão, caso ocorra, vai ser: todo poder emana dos partidos. Isso é uma barbaridade. Eu sou de um partido político, o maior do Brasil, e digo aqui que poucos do PMDB me representam no Congresso. Eu gostaria que mais alguns me representassem, mas é com tristeza que digo que poucos me

representam. Não podemos deixar que isso aconteça. O cidadão tem votar em quem acredita, em quem o representa, em quem faz jus ao voto na eleição. Fica aqui o repúdio da Bancada do PBDB a essa barbaridade que querem fazer com a sociedade brasileira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A pedido do Ver. João Bosco Vaz, peço uma salva de palmas ao nosso aniversariante de hoje, Ver. Márcio Bins Ely. (Palmas.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, falarei no tempo da Bancada do PT, mas há uma certa controvérsia na nossa bancada porque demorou para o Partido dos Trabalhadores tomar uma posição, mas tomou. Não agora, no processo de reforma política, quando Henrique Fontana foi o relator, a Bancada do PT nacionalmente, e o Partido dos Trabalhadores acumulou, sim, para a discussão de lista partidária. E por que eu venho aqui abrir esse debate? Porque nós temos um diagnóstico, vimos acumulando um diagnóstico dos problemas do sistema político eleitoral uninominal com financiamento empresarial. O que significam essas duas características, e mais o tema do teto e do mínimo, em que ocorre disparidade entre os Estados do Sul do Brasil, estados mais industrializados, com os Estados do Nordeste. Porque se tu tens um mínimo para cada um, nós temos uma sub-representação dos Estados mais populosos, isso está identificado no resultado do sistema político-eleitoral. O sistema uninominal, e financiado privativamente, beneficia ou prepondera a ideia do indivíduo, do parlamentar em relação a um projeto. E a nossa busca, o nosso amadurecimento eleitoral tem que nos levar a construir maior nitidez de projeto, nitidez ideológica dos partidos políticos. Porque, afinal, nós não estamos em partidos para usá-los como carona, usá-los como ponte, usá-los como meio; nós estamos em partidos porque nós somos parte de uma concepção de sociedade, de política econômica, de país, enfim, temos opinião sobre ser humano, sobre mulheres, sobre direito ao corpo, sim ou não, sobre violência, sobre vários e múltiplos temas. E por isso nos organizamos partidariamente, porque acumulamos ideias, como outros homens e mulheres, e colocamos essa ideia na medida da população, para a população opinar por uma ou por outra, isso seria o ideal. Ora, quando é uninominal, inclusive quando não tinha necessidade de ter fidelidade partidária – porque agora tem, agora a gente perde o mandato se sair do Partido depois de eleito –, mas antes, sem a fidelidade partidária, era pior ainda. Então o partido era apenas uma sigla utilizada para campar as trajetórias individuais, e nós defendemos outro processo. Agora, é óbvio que essa lista que está

sendo forjada nesse Congresso majoritariamente golpista, retrógrado, representante de padrões de agronegócio, infelizmente, de diferentes religiões, essa lista está servindo para defender a corrupção e os corruptos. O seu uso não tira a minha convicção de que temos que avaliar e avançar para um modelo em que as pessoas votem em partidos e, depois, possam até votar nas pessoas. Eu falava para o Matheus que defendo a proposta da CNBB e da OAB, que tramita no Congresso Nacional e que coletou assinaturas num determinado momento de maneira mais forte, que estabelece dois momentos: no primeiro momento, a população vota nos partidos; um mês depois, dentro da lista partidária apresentada. Quer dizer, o percentual já estava aferido, por exemplo, o PMDB, tantos por cento; PT, tantos por cento, aí o partido já estava com o seu tamanho identificado pelo seu projeto, pela sua ideologia. Essa é a proposta da CNBB com a OAB. Acho que é o melhor avanço democrático que nós tivemos, mas que não anda no Congresso Nacional. Aí, um tempo depois, o cidadão vai de novo votar e vota nos nomes, mas votará nos nomes pré-ordenados, onde cada partido já tem o seu percentual que foi aferido numa outra eleição.

Então, é muito complexo esse tema. Se queremos avançar de fato na democracia, na minha opinião, além de sair do financiamento empresarial, precisamos sair do voto uninominal, do voto da pessoa que tem televisão, do voto de um grande jogador... Há uma distorção da representação da vontade da população a partir de ideias para o País, de ideias para o Parlamento, de ideias para a questão econômica. Nesse sentido, não vi, Ver. Mendes Ribeiro, se a moção é para o projeto que está em tramitação ou para a ideia de lista. Parece-me que é para a ideia de lista. Nesse sentido, eu não voto a favor da moção e contra a lista. Sou a favor da lista, só que é bem mais complexo que uma pura lista. Tentei explicar aqui qual a minha opinião. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias de 10 e 11 de abril de 2017.

O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já encaminhado aqui pelo autor, nosso colega Ver. Mendes Ribeiro, que também foi o idealizador desta moção, que nós, colegas de bancada, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Cecchim, que é o nosso Líder, e a Ver.^a Comandante Nádia, assinamos juntos. E essa Moção, sem dúvida alguma, tem um enfoque direto na contrariedade ao sistema de lista fechada que vem sendo debatido no âmbito da Comissão da Reforma Política no Congresso Nacional e se explica por duas razões básicas. Nos países onde as instituições democráticas são mais sólidas, onde o processo de corrupção não se tornou tão agudo - como infelizmente se consolidou no nosso País -, os sistemas eleitorais experimentaram o sistema de lista fechada e, ao mesmo tempo, também os partidos

fortaleceram seus programas e também se fortaleceram enquanto siglas, com projetos nacionais. Pois o sistema da lista fechada, a Ver.^a Sofia continua defendendo – ela não teve tempo suficiente aqui na tribuna, está fazendo ali embaixo...

Então, Ver. Mendes, o que eu quero colocar aqui é o seguinte: a nossa Moção é em favor da renovação política, é em favor daqueles que querem renovar os quadros da política. É uma Moção contrária às burocracias partidárias que colocam no poder verdadeiras nulidades que não nos representam. É uma Moção favorável àqueles que defendem uma oxigenação política para que a política saia da página policial e volte a ingressar nas páginas da transformação da sociedade e na busca de melhoria de vida, principalmente daquelas pessoas que mais precisam.

Então, se a Bancada do PMDB, em conjunto, associou-se à proposta que foi idealizada pelo nosso colega Mendes Ribeiro, é porque a Bancada do PMDB, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, não é a mesma que propõe a lista fechada para se refugiar dos seus erros, do Senador Jucá, do Senador Renan Calheiros, ou também daqueles que nos envergonham em nível nacional.

O pensamento da Bancada do PMDB, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e, majoritariamente, do PMDB do Rio Grande do Sul, é contrário à cúpula nacional, que sempre nos privou de termos um projeto de País. E é por isso que nós não temos, há muito tempo, candidato a Presidente da República. E teremos, já temos, inclusive, um nome no Rio Grande do Sul postulando, que é do nosso ex-Governador Germano Rigotto. E são essas posições como a nossa, com esta Moção, que vão nos colocar na vanguarda do debate político qualificado. Porque a renovação da política que quer ser cerceada por esta proposta que está sendo discutida no Congresso Nacional é a que não vai permitir o avanço das novas ideias, dos novos quadros e vai favorecer a permanência dos maus políticos. A lista fechada é contra a boa política, e nós defendemos que ela se renove e mude em favor da superação das dificuldades que vive o nosso País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. André Carús.

Apregoo Memorando nº 02/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que comunica a sua participação, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, nos dias 12 e 13 de abril de 2017, na reunião alusiva à passagem do 105º aniversário do nascimento do Camarada Kim Il Sung, que ocorrerá na Embaixada da República Popular da Coreia, em Brasília, Distrito Federal. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhores e senhoras que assistem aos nossos debates na tarde de hoje, boa tarde. Eu creio que, dentro deste assunto da reforma política, todos nós, dentro das

nossas instâncias partidárias, temos divergências. Não há um consenso sobre o melhor modelo a ser seguido para a condução dos trabalhos políticos e renovação dos partidos e quadros partidários dentro do nosso País, mas é importante destacar – e aqui cabe a minha parte como Liderança do PSOL – e apoiar a moção do Ver. Mendes Ribeiro e demais, justamente por conta do impedimento da renovação dos quadros político-partidários.

Nós, do PSOL, entendemos que discutir e aprovar lista fechada atualmente é dar salvo-conduto aos principais nomes envolvidos na Operação Lava Jato na atualidade, portanto, somos integralmente contrários à proposta das listas fechadas.

Os caciques partidários que até então têm sido a grande temática sobre as delações premiadas se protegeriam utilizando este recurso através da renovação dos seus mandatos em Brasília, portanto, a nossa contrariedade à reforma que está sendo aventada e discutida nos corredores em Brasília.

Não somos favoráveis à salvaguarda de envolvidos em corrupção. Que paguem por seus malfeitos, e que paguem de forma exemplar. Isso é um dos grandes problemas do País. Não podemos pensar em reforma política se não tiver um aperto violento na punição dos envolvidos em atos de corrupção. É isso que pode salvar este País da bancarrota e da desqualificação que temos atualmente nas categorias políticas, nos entes políticos. Somos malvistas pela sociedade, sim. A sociedade não vê a prática da política como algo benéfico, como algo que se criou na Grécia antiga para evitar guerras, para dirimir conflitos. Infelizmente, a população, na atualidade, vê o trabalho político como um bando de aves de rapina tentando arrancar os seus quinhões dos cofres públicos – o que é lamentável. Pessoas boas, íntegras, honestas e que gostariam de devolver um bom trabalho à sociedade não o fazem justamente pela ojeriza causada pelas práticas recorrentes e decanas de corrupção neste País. Temos que ser todos manifestadamente contrários a elas. Precisamos levantar as nossas vozes e somar nossas forças, independentemente de ideologias, campos políticos partidários. Precisamos, todos, em uníssono, juntar nossas vozes para bradar contra essas práticas danosas ao povo brasileiro e ao nosso País.

Portanto, lista fechada, na atualidade, nos moldes em que está sendo costurada em Brasília, é para salvar criminoso! Para que eles continuem mamando na vaca das divinas tetas que tem sido o nosso País. Por isso, o nosso total repúdio a essa reforma que está sendo aventada nos corredores da Capital deste País.

O PSOL é contrário a esse tipo de prática. Que todos os envolvidos e malfeitos sejam pagos ao povo brasileiro, e o que foi roubado devolvido aos cofres públicos para a sejam retornados à população na forma de uma boa prestação de um serviço público de qualidade. É isso que o povo brasileiro precisa e merece. Um grande abraço e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Mendes Ribeiro, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Idenir Cecchim, Ver. André Carús e Ver. Valter Nagelstein, nós viemos aqui apoiar essa Moção porque voto em lista, no nosso ver, é a maior sacanagem do mundo. É o voto para beneficiar os caciques dos partidos; é o voto para beneficiar a corrupção; é o voto para beneficiar as pessoas que estão em decadência política; é o voto para beneficiar o comodismo, é o voto que vem ceifar as novas lideranças. Há quatro anos esta Câmara de Vereadores renovou 50%, e eu tenho certeza de que há quatro anos, se nós tivéssemos o voto em lista, não renovaria. Eu tenho certeza de que há quatro anos, se nós tivéssemos o voto em lista - o Partido no qual eu estava eleger sete Vereadores, e eu tive o prazer de estar entre os mais votados, Ver. João Bosco -, eu não estaria aqui. Tenho certeza absoluta disso, porque o voto em lista vem beneficiar os caciques do Partido, vem beneficiar aqueles que dirigem o Partido, vem beneficiar as pessoas que estão na cúpula do Partido, então eu acho que o que tem que prevalecer é a vontade do povo. Eu acho engraçado, por que os deputados não propõem que os 36 mais votados em Porto Alegre sejam os Vereadores? Por que não propõem que os 50 mais votados sejam os deputados estaduais? Por que não propõem que, no Brasil, os 500 e poucos mais votados sejam os deputados federais? Não, é o esquema partidário. E agora mais ainda, eu posso concorrer a Governador do Estado, não me elejo e vou a deputado. Posso concorrer a Senador, não me elejo e sou deputado. Eu furo a lista, ainda tem o furão da lista! Então é o absurdo do absurdo! Eu acho que tem que prevalecer a vontade do eleitor. Eu acho que tem que prevalecer a chance da renovação na política. Eu acho que é isso que tem que prevalecer, a oportunidade de os jovens, a oportunidade de setores e de segmentos entrarem na política. Porque o que a gente vê, quando estamos fora da política, e isso em todos os Partidos, é o assédio: vem para cá; vem concorrer; vem não sei o quê. E depois da filiação o papo é outro. Isso é em todos os partidos, sem exceção. Hoje se vê uma vontade grande de alguns políticos, através dessa salvação que eles veem, tentar se salvar na questão das listas, botando o pessoal a concorrer e colocando o seu nome como primeiro da lista. Ainda tem outra que é pior ainda, todo mundo se eleje, e a cúpula do partido depois decide. É pior ainda. A cúpula do partido é menos democrática ainda do que estão propondo, que já é antidemocrático. Então, acho que tem de prevalecer a vontade do eleitor. A vontade do eleitor é que tem de reinar. Então, nós encaminhamos favoravelmente a essa moção, estaremos juntos, votando favorável e encaminhando junto a nossa Bancada, no Congresso Nacional, para que não aprove essa atrocidade contra os eleitores brasileiros e contra a vontade popular do povo brasileiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, nós estamos tirando um momento para esse capítulo, fugindo um pouquinho das questões do município, porque a lei, Ver. João Bosco, nos afeta, nesse momento, negativamente. Portanto, nós não somos uma ilha, temos de discutir, porque, na Câmara Federal dos 503 Deputados, é lá que se decide tudo, se decide o tempo de televisão, o fundo partidário, é lá, quando vaga o cargo de Presidente da República, de Vice-Presidente, quem assume é o Presidente da Câmara Federal. Portanto, é muito importante esse momento para nós todos. Falo aqui em nome da Bancada, em meu nome, em nome da nossa líder Mônica Leal, nosso Vice-líder, João Carlos Nedel, e o nosso Vereador Matheus. Muitas vezes aqui, até o nosso partido é afetado pelas questões nacionais, pela Lava Jato, por malfeitos, e nós não concordamos, porque todos conhecem no Rio Grande do Sul a nossa história, a minha, a da Ver.^a Mônica, a do João Carlos Nedel, e deste jovem Ver. Matheus que está chegando junto conosco aqui e já está se mostrando uma revelação deste Parlamento. Portanto, nós não concordamos! Vocês imaginem, Ver. Dr. Thiago, numa lista fechada, o José Dirceu sair da cadeia e ser o primeiro da lista fechada do PT. Isso seria um desastre para a nossa Nação. A Dilma, cassada, candidata primeira da lista. Outra decepção. O Lula. O Ciro Nogueira, do nosso Partido, imaginem, está envolvido lá... Tem que incluir o meu também... O Maluf, primeiro da lista. Inclusive quero deixar bem claro, saiu nos jornais, o nosso Presidente Celso Bernardes esteve em Brasília apoiando a Lava Jato e contra o nosso presidente nacional. Quase todos nós passamos por estes dilemas que nos afligem, que nos deixam tristes pela política que é representada, muitas vezes. Imagina o PMDB tirar o Cunha da cadeia e ser o primeiro. O Lupi, do PDT, e assim por diante. Vendo aqui Vereadores de todas as siglas, homens sérios, corretos, que representam muito bem seus partidos, serem representados por pessoas que às vezes nem conhecemos e nunca tivemos oportunidade de ver. Quero dizer ao PT uma questão que leva ao passado: Qual era o Partido mais votado em Porto Alegre na legenda? Era o PT! A legenda é o voto no Partido, João Bosco: vota no 11, vota no 12, vota no 15, vota no 13 e assim por diante. Isso é o voto na legenda que o Partido... Isso é irrisório nas eleições, é vergonhoso porque as pessoas não reconhecem mais as siglas partidárias, que infelizmente são representadas por pessoas que estão envolvidas em várias questões de corrupção no País, por isso queremos que vote na pessoa, ela é que representa, com a sua legitimidade, o dia a dia de um partido político. Pessoas que são donas de partidos, que criam partidos para botar o filho de presidente da juventude do partido, a mulher para ser a representante da mulher do partido, e assim por diante. É um curral dos partidos políticos. Nós não concordamos, nós não podemos tirar a legitimidade do povo brasileiro de votar nas pessoas que, sim, representam os partidos, alguns bons representantes, outros maus representantes, e a população deve fazer essa separação do joio do trigo, ou seja, quem é bom, fica! Nesta eleição, não se engane, Ver. Wambert. Será uma purificação muito grande, principalmente para a Câmara Federal, que é onde decidem todas as questões que nós falamos aqui. Lá haverá uma renovação sensível, muito forte. Porque não há possibilidade de reeleger deputados federais que estão envolvidos com corrupção neste País. Ou nós fizemos de uma vez só, agora, a limpeza ou nunca mais teremos a

oportunidade. Eu não gosto quando as pessoas dizem assim: “Não, mas isso está atrapalhando a vida econômica do País”. Presidente, mas se nós não limpamos agora...Que doa o agora, para nós termos tranquilidade e sabermos que estamos no partido com gente séria, com gente honesta e que representa bem a população. Vamos votar esse Requerimento, Ver. Mendes Ribeiro, porque ele é fundamental. E aproveito para concluir, Sr. Presidente, pedindo votação nominal, eu quero saber quem vota e quem não vota. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cassiá. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa-tarde, Vereadores, Vereadoras, na semana passada, de forma coincidente eu toquei neste assunto sem saber que teria esse Requerimento. Eu quero fazer uma saudação especial à Bancada do PMDB, em especial ao meu colega Mendes Ribeiro, Cecchim, Carús e Nádia e dizer até da minha admiração, Cecchim, que é da segunda geração, como ele mesmo falou aqui – da segunda idade –, da dificuldade que é haver pessoas como tu que estás há 30, 40 anos no mesmo partido, Cecchim. Talvez, aqui na Câmara, nós não consigamos chegar a quatro ou cinco nomes. Eu cito o Carús, mais jovem também, mas sei que faz a militância desde jovem. Eu comecei a militar com 13 anos, numa convicção partidária absoluta, Dr. Goulart. Lembro do movimento estudantil, fiquei quase 20 anos no primeiro partido em que militei, com 13 anos fiz minha filiação partidária, no PT, na década de 1990. Meu pai, funcionário público federal, minha mãe, funcionária pública estadual, na época de ascensão, inclusive, do PT, como alternativa. E quero dizer aqui, de forma muito fraterna, no tempo que militei no PT, a dificuldade que era de o indivíduo se tornar candidato. Eu falo aqui com os colegas que na época já eram do PT, o Adeli, por exemplo, e sei das disputas internas para o indivíduo conseguir ser candidato. Tenho convicção de que isso ocorre em todos os partidos; tenho convicção e falo aqui com toda a tranquilidade. Esses tempos, eu comentava com o meu colega Ver. Cassiá Carpes, que agora não vejo, sobre a questão, por exemplo, da batalha que foi para eu conseguir o que obtive, uma das maiores verbas de fundo partidário, mas a batalha que foi para eu correr atrás: negociação em Brasília, reunião, discussão. Depois, a disputa para ser candidato aqui dentro também, Ver. Janta, sendo que não consegui participar, por exemplo, da discussão da coligação em que o meu partido estaria. Inclusive, fui contrário à coligação da qual o meu partido participou, mas fui obrigado a participar, tanto na chapa proporcional quanto na chapa majoritária. Ou seja, o que eu digo com isso tudo? Que a nossa democracia é muito frágil. É difícil, mais difícil, na minha opinião, para aqueles que estão em partidos grandes. Eu falo isso de forma muito honesta, em partidos grandes, a disputa é maior ainda. Tu ficas lá na quarta, quinta coluna até tu conseguires ser candidato e, muitas vezes, o cara corre atrás de listinha

para te colocar de candidato, para estar puxando a legenda para eleger os mesmos. Então, está dito aí, Ver. Bosco, o que foram os votos nulos? A incredibilidade que é; sinceramente, hoje em dia, é meio que vergonhoso até tu dizeres que és político. Lamentavelmente, Ver. Cecchim, tu preferes te apresentar como empresário ou como Vereador? É difícil. Para entrar em algumas casas, eu prefiro dizer que eu sou o Maroni e ponto final. Quero dizer o seguinte, não só a questão aqui, isso que nós somos soldados rasos. A negociação se dá em Brasília, porque cada Deputado Federal, Ver. Janta, e tu sabes disto, ganha R\$ 90 por mês de fundo partidário. Então, são eles que tratam lá em cima, porque o acordo passa por cima. E aí para tu conseguires ser candidato, Ver. Cecchim, tu tens que ter um padrinho estadual, tu tens que ter um padrinho federal; senão, tu te inviabilizas. Estou falando alguma mentira aqui? Um padrinho financeiro, um político, um que tu vais ter que fazer campanha amanhã ou depois, e os acordos se dão assim. Eventualmente, numa Câmara, surge alguém como o Paulinho Motorista que, porque era motorista e atendia bem as pessoas, vem aqui e se elege com dois mil e poucos votos, agora aumentou a votação, mas isso nas Câmaras. O Ver. Matheus também. Eventualmente. A renovação é mínima, e a nossa democracia hoje não representa, está aqui uma pessoa falando que fez quase 12 mil votos, estaria falando contra mim mesmo! Estou, porque sei o nível de articulação que tive que ter para fazer 12 mil votos, e se fosse o mesmo Maroni sem articulação nenhuma, não tinha feito 500, não tinha feito 300 votos, Dr. Goulart! Se eu resolvesse vir por mim, *a la loca* – louco já sou, um louco meio articulado, vamos dizer assim, Mauro –, não tinha feito 300 votos, porque não sou superior a ninguém! Infelizmente, os políticos – vejo aqui uma maioria criticando isso, e fico muito feliz – ficam disputando um troninho, um prestígio que é uma coisa criada, ilusória; de realidade tem muito pouco, a maior parte da população nem se interessa pela política. A nossa democracia, Wambert, lutou, teve que ir lá e tal, mas grande parte da nossa população nem se interessa pela política, nem sabe qual é a diferença de um vereador para um deputado e para um deputado federal, e, de quatro em quatro anos, surge um indivíduo com um panfleto dizendo que é bonito e é bom. Parabéns à bancada do PMDB por ter feito isso aí, essa democracia tem que ser discutida dentro das escolas, não sou a favor de política partidária dentro das escolas, mas a política para as pessoas se interessarem, porque tem mais eleitores no BBB do que eleitores com vontade para votar em vereador e deputado, essa é a realidade do País.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Valter Nagelstein, hoje a galera está bastante ativa! Quero trazer um abraço às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores e a todos que estão conosco nesta tarde, e quero registrar que falo aqui em nome do nosso partido, o PSB – do Ver. Paulinho Motorista e meu. Quero registrar que

nós vamos votar favoravelmente ao Requerimento do Ver. Mendes Ribeiro porque nós somos contra a lista fechada. Quero te cumprimentar, meu caro Mendes, porque é uma bela oportunidade que tu nos trazes para que os partidos manifestem aqui a sua posição – e isso está acontecendo. A nossa reforma política, que o povo brasileiro tanto aspira, não é essa, certamente, da lista fechada. A reforma que o povo quer é a reforma que viabiliza a renovação.

Temos belas exceções, sim, em Brasília, mas, lá, as coisas não andam como a nossa sociedade sonha, isso muito em razão, principalmente, do financiamento de campanha. Nós elegemos a esmagadora maioria, aqueles que tiveram grandes financiamentos de algumas poucas megaempresas nacionais; portanto, aprovando agora a lista fechada, nós estaremos, única e exclusivamente, dando a oportunidade para que os mesmos se reelejam, através dos primeiros nomes da lista. Quem é que aqui, em sua consciência, está compreendendo que aqueles que estão em Brasília hoje não seriam os primeiros da lista?

Por outro lado, agora numa coisa mais pragmática, como nós, candidatos, vamos fazer campanha para o partido e não para o candidato? É assim que o povo brasileiro quer: votar num homem ou numa mulher da sua credibilidade e confiança, compreendendo que ele tem condições de representar com ética a vida política. Então, primeiro, nessa reflexão, quem vai compor a lista e quem será o responsável por essa composição, Ver. Tarciso? Com toda a certeza, os comandantes maiores, que têm grandes interesses na perpetuidade. Além do mais, vão estar por trás, com toda a certeza, mais uma vez, como sempre, megaempresários levando algum recurso para que essa lista assim se componha.

Portanto, nós vamos votar favorável ao requerimento, porque o caminho é outro. Não é viabilizar e dar a certeza a esses que querem se esconder atrás da lista para voltar a Brasília para se reeleger. Obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu vou encaminhar o voto do partido acerca do requerimento do Ver. Pablo Mendes Ribeiro, mas antes quero comentar o requerimento do meu querido Ver. Márcio Bins Ely, que foi meu aluno e tenho um apreço imenso. É dia do seu aniversário e pede um requerimento vergonhoso nesta Casa! O senhor vai a Brasília cultuar um carniceiro, assassino, um tirano cretino que é o ditador da Coreia do Norte! O senhor é presidente do Creci e eu não sei o que os corretores de imóveis acham disso, porque na Coreia do Norte ninguém vende imóveis, Vereador! Então eu não sei se os corretores de imóveis sabem dessa missão que o senhor vai realizar em Brasília. O senhor trouxe um convite da embaixada da Coreia do Norte para comemorar os 150 anos de nascimento do eterno tirano, sanguinário, carniceiro daquela monarquia comunista! Como seu amigo,

Vereador, deixe isso, deixe esse mico para o PCdoB, que não tem nenhuma conexão com a realidade, que é um partido totalmente desproporcional nas suas ideias, defende uma coisa arcaica, vergonhosa! Deixe isso para o PCdoB que diz que a Coreia do Norte é uma democracia! Não pague esse mico, Vereador! Faça esse apelo como seu amigo! E lá o senhor representa os corretores de imóveis num lugar onde sequer se tem compra e venda! Tudo é do Estado. Vergonhoso!

Quanto à lista fechada, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, quero dar o apoio do nosso partido. A lista fechada é uma das maiores excrescências, é um golpe vergonhoso na democracia. Lista fechada só serve para perpetuar as oligarquias partidárias. E quem está nos ouvindo em casa, é importante eu dizer que sou presidente estadual do meu Partido. Então, se eu estivesse aqui defendendo os meus interesses, era o primeiro a defender a lista fechada, porque eu ia sempre estar no primeiro lugar da lista.

A lista fechada vai servir para esconder, com uma cortina de fumaça, toda essa gente que perdeu a credibilidade, está envolvida nesses escândalos de corrupção, e que vão ficar nos primeiros lugares da lista, como foi exaustivamente falado aqui. Mas tem coisa pior, conhecendo algumas tendências da política brasileira, nós vamos ter verdadeiros bancos – bancas – de negócio. Vai estar em primeiro na lista quem der mais. As pessoas vão comprar o lugar na lista. No lugar de evoluir, as nossas instituições são um declínio! Um declínio terrível, vergonhoso!

Então eu quero prestar o nosso apoio, a nossa solidariedade e encaminhar o nosso voto, reforçar a petição do Ver. Cassiá para que seja votação nominal, porque nós queremos saber nessa Casa, o povo de Porto Alegre tem o direito de saber qual é o Vereador que defende essa excrescência, essa coisa asquerosa, esse golpe no voto popular, chamada lista fechada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu também, Ver. Márcio, no dia do seu aniversário, sou obrigado a estranhar essa viagem, principalmente, à Coreia do Norte. Esse rapaz está lá e apresenta problema e quase proporcionou uma guerra nuclear há pouco tempo. Então, com o seu perfil democrático, eu quero que V. Exa. faça essa reflexão mais profunda. Eu tive a oportunidade, Ver. Bosco, há alguns anos, de ir à Coreia do Sul e depois ao Japão. Lá eu senti o contraste e o reflexo dessas duas culturas, e realmente a Coreia do Sul é um País que evoluiu, investiu fortemente na educação e no planejamento das famílias; a Coreia do Norte ficou para trás com todos os seus problemas, com toda tirania que envolve aquele regime político totalitário.

Com relação à questão do voto em lista fechada, eu quero trazer aqui... Quero mandar um abraço ao nosso líder, Ver. Reginaldo Pujol, que está em casa se restabelecendo, do ponto de vista orgânico, da sua saúde. Quero dizer que o DEM do

Rio Grande do Sul já manifestou a sua posição contrária, completamente contrária ao voto em lista fechada. Opinião essa exarada pelo Dep. Onyx Lorenzoni, com a qual toda a bancada de Porto Alegre converge em gênero, em número e grau. É um golpe, esse, sim, é um golpe à democracia, porque certamente vai fazer com que aqueles que utilizam a política não só se perpetuem no poder, mas também para fugir da polícia, que consigam os seus intentos. E nós, o DEM do Rio Grande do Sul e o Dep. Onyx, como uma das pessoas vinculadas às 10 medidas anticorrupção, não poderíamos coadunar, não poderíamos acabar chancelando uma idiossincrasia que se poderia fazer com a política brasileira. Voto em lista fechada é o golpe, o voto em lista faz com que o grande anseio da população não ocorra, que é a renovação. Eu tenho uma certa dúvida com relação, Ver. Cassiá, que me antecedeu, à renovação que nós queremos ter no Congresso. Eu acho que deveria ser a maior possível, acredito na importante oxigenação do Parlamento, mas eu acho que isso não vai ocorrer porque o diagnóstico que se faz é de que a sociedade brasileira está doente. Ninguém chega ao Parlamento ungido por uma ação de Deus, as pessoas chegam aqui pelo voto e, por isso, eu tenho que dizer que, se o conjunto da população escolhe pessoas que não tem a mínima condição de respeitar esse voto, a mínima condição de justificar esse voto, seja por medidas corrompidas na sua conduta pública e privada, seja porque efetivamente não acrescentam nada ao seu Parlamento, se isso ocorre é porque a sociedade brasileira tem permitido isso. Esse é o profundo diagnóstico que tem que se fazer. Gostaria que a renovação fosse maior, mas acredito que infelizmente isso não irá ocorrer. De toda forma, temos que dar a possibilidade das pessoas, de forma livre e consciente, poderem exercer o seu direito ao voto. Isso só ocorrerá no voto aberto, voto individual, não voto em lista.

Acredito, também, que uma evolução da democracia seria, sem dúvida nenhuma, o voto distrital, talvez o voto distrital misto, mas o voto distrital, sem dúvida nenhuma, seria uma evolução da democracia brasileira. O voto em lista, sem dúvida nenhuma, é um retrocesso, um atraso para todos nós e para o Brasil como um todo. É assim que se posiciona o DEM do Rio Grande do Sul, diferentemente, a despeito de qualquer outra manifestação do DEM nacional, o DEM do Rio Grande do Sul tem cara e tem opinião.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A propósito do que fala o Dr. Thiago, ontem vimos, num episódio – eu, aliás, não assisto –, mais de cem milhões de votantes no BBB, e em torno de dois milhões de pessoas participam de um debate importante como a Reforma da Previdência. Nós vemos que realmente algo está muito errado na realidade brasileira. E o futuro, nesse aspecto, é desalentador. Eu só recomendaria ao nosso colega Márcio Bins Ely que não usasse lenço umedecido na visita que ele vai fazer a embaixada da Coreia do Norte. Lenço umedecido lá na Coreia do Norte, normalmente, tem problema. O irmão do ditador de lá fez contato com lenço umedecido e, menos de uma hora depois, estava morto!

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; esta é uma discussão que está presente na pauta interna, eu sei que amanhã a nossa cúpula nacional, juntamente com os nossos Parlamentares federais, estará reunida para tratar desse tema. Na verdade, é um tema extremamente aguardado por todos nós, cidadãos brasileiros, diante de tudo que está visto dessas defecções, poderia dizer assim, do sistema eleitoral brasileiro. Esta reforma política tão importante parece que surge novamente para que alguns possam se favorecer dela, talvez com receio de uma grande renovação no Congresso Federal, ou, para alguns ainda, a perda do fórum privilegiado. Diante disso, nós queremos a tão esperada reforma política. Da minha parte, não tenho o menor receio de reafirmar aqui o nosso apoio a esta moção. Quero que o Congresso faça uma reforma profunda no sistema eleitoral político brasileiro, tão necessária no momento que vivemos. Esta reforma que está aí prevê que, dentro dos partidos, se possa fazer uma lista. E o cidadão e a cidadã que irão às urnas não saberão em quem estão votando. Estarão votando num número e não saberão quem estará preenchendo o Congresso Federal ou as assembleias ou as câmaras municipais. Talvez aí se faça necessária uma grande discussão, porque, se tem algo que não voltará nesta eleição, é o financiamento das empresas para as eleições. Diante disso, nós temos que passar por uma nova discussão, que é o financiamento público das campanhas, ou não. O fato é que não existe campanha sem os recursos, não é verdade? Não há campanha sem recursos financeiros! Não há, no País, uma cultura de financiamento por parte das pessoas físicas como aconteceu nas eleições municipais, ou seja, as empresas não doaram, mas os donos das empresas doaram, basta ver, nesta Casa, alguns Parlamentares, inclusive no Executivo Municipal, que saíram muito beneficiados por aqueles empresários que continuaram investindo. Então, para algumas candidaturas, como a minha e de alguns colegas Vereadores, não houve doações. Evidentemente sabemos que o povo brasileiro não tem essa cultura; agora os empresários, sim, tiraram da empresa e financiaram campanhas. Então essa discussão tem que ser muito bem feita, porque essa relação entre o público e o privado tem que estar muito transparente, inclusive na administração pública!

Tenho acompanhado uma discussão forte lá em São Paulo sobre essas doações, esse apoio. Será que esse apoio é mesmo por interesse público ou segue o mesmo ritmo da doação do dinheiro privado, querendo influenciar o público? Então, acho que é uma bela discussão. Não sou a favor do voto em lista porque tira do povo a possibilidade de escolher o seu candidato, mas sobretudo é possível fazer campanha com financiamento público sem que tenha uma lista? Fica a minha dúvida. Pois bem, essa é uma bela discussão, e nós não podemos ser atropelados pela vontade de alguns congressistas em fazer uma reforma que venha a se autobeneficiar, ou seja, a sua permanência, o seu mandato, a sua reeleição, o seu fórum privilegiado perante a justiça. Então, é uma bela discussão. Quero parabenizar a Bancada do PMDB, e acho que a nossa bancada irá votar a favor, porque é um belo tema. Não podemos aceitar que essa

votação seja feita agora, de repente, durante os feriados, com pouca atenção da população, porque este País merece uma reforma política decente e que atenda ao novo momento da política brasileira e aos anseios da sociedade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente; primeiramente, antes de entrar na discussão sobre essa moção, eu cumprimento o Ver. Mendes Ribeiro e a Bancada do PMDB por colocarem essa Moção de Repúdio, muito importante, ao voto em lista fechada, em solidariedade à democracia como ela deve ser exercida.

Eu gostaria de comentar brevemente esse pedido para ir a Brasília comemorar o aniversário de um ditador da Coreia do Norte, do Ver. Márcio Bins Ely. Eu fico feliz, pela preocupação que eu tenho com o colega, que seja para Brasília que ele vai, porque, se ele fosse para Coreia do Norte, talvez a gente perdesse um colega e infelizmente teríamos que ter um Suplente aqui!

Voltando ao tema da moção. O voto em lista fechada é um absurdo como muitos colegas apontaram com acerto, é basicamente defender que “dirceus”, “jenuínos”, “calheiros” e “cunhas” se escondam em meio a candidatos, para que sejam eleitos, reeleitos e sigam na vida pública apesar de todas as denúncias e escândalos em que estão envolvidos. Fico até surpreso de ter um debate na nossa Câmara Municipal, em que a Vereadora do PT vem à tribuna defender o voto em lista fechada. É claro que do PT a gente não espera muita coisa, mas, em todo caso, fico abismado com essa situação.

Falando sobre reforma política, eu gostaria de colocar uma posição do NOVO sobre o assunto. A gente fala sobre representatividade e, falando sobre representatividade e financiamento de campanha, eu gostaria de falar sobre financiamento partidário. O NOVO é contrário ao Fundo Partidário, e ele não utiliza nenhum centavo de dinheiro público para sustentá-lo. Isso, na nossa concepção, é ter representação pública e política realmente consistente. Afinal de contas, quando você vai a um restaurante e não é bem-atendido, não volta a dar dinheiro para o proprietário do restaurante; o filiado, ou o doador de um partido, de uma sigla, de uma campanha, se o seu representante não for coerente com aquelas ideias com as quais conquistou o apoio, ele deixa de contribuir. Portanto, ele precisa ser coerente para ser financeiramente sustentável. É engraçado notar que muita gente diz que o brasileiro não tem cultura de doação para partidos políticos, para política, quando a gente nunca tentou essa forma. Talvez exista um *mea culpa* em dizer que o brasileiro não tem o hábito de conseguir convencer amigos, familiares, ou talvez a nossa plataforma não seja confiável o suficiente, para que se consigam apoiadores para a nossa campanha. Por exemplo, eu fiz a minha campanha sem usar nenhum centavo de dinheiro público, eu tive mais de 50 apoiadores com doações de diferentes valores para a minha campanha, porque acredito

ter sido muito coerente nas ideias que apresentei. Agora tenho a obrigação de executá-las na íntegra, sob pena de os filiados do NOVO, que pagam a sua mensalidade e sustentam o partido, cobrarem essa coerência para manter esse partido viável.

Quero deixar essa reflexão sobre reforma política séria e representatividade política séria. Na incoerência dos Parlamentares eleitos e das legendas, na sua atuação política, o Parlamentar deve sofrer e ser punido no bolso, deixar de existir enquanto legenda. É para isso que o NOVO se coloca à disposição ao não usar recursos públicos, é esse tipo de reforma política que gostaríamos de estar discutindo, se, realmente, estamos interessados em mudanças na nossa representatividade e na seriedade que queremos para a nossa política no futuro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, um esclarecimento. Está havendo uma confusão com o encaminhamento da leitura do meu pedido de representação, que foi feito por Vossa Excelência: eu não estou indo comemorar o aniversário de ditador nenhum. Eu fui convidado para uma representação, porque sou Secretário de Relações Internacionais, reeleito pelo meu partido, com muita honra. O PDT foi convidado para participar dessa solenidade, e vou estar representando o partido em Brasília. É só isso. Mas agradeço os Vereadores que, na tribuna, externaram as suas preocupações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Feito o registro. Eu apenas li o convite que veio anexo, Sr. Vereador, e é um direito pedir a representação. Vossa Excelência está no seu direito.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu não poderia deixar de vir à tribuna e dar os parabéns ao Ver. Mendes Ribeiro, ao PMDB. Nós temos que ver também o outro lado. Mas, antes de mais nada, o Ver. Márcio Bins Ely está de aniversário hoje. Vamos falar sério sobre essa lista fechada. Muitas vezes, o cara olha: “Ah, o jogador de futebol, o cantor, o ator, é muito fácil de se eleger”. Não é tão fácil assim, o Mauro sabe, o Bosco, o Márcio sabem; quando eu entrei no PDT, foi muito difícil. Eu já vejo mais à frente um pouquinho sobre essa lista fechada. Aqueles políticos que entrarão em uma Câmara de Vereadores, em uma Câmara de Deputados jamais vão ter essa chance; se for lista fechada, vão ser sempre os mesmos. Eu jamais teria a chance de estar aqui hoje. Hoje eu tenho uma posição tranquila no meu partido por ser o Líder, mas não gosto dessa luta desigual. Eu acho que todos têm o direito de colocar seu nome e pedir seu voto, assim como o povo deve poder escolher em quem vai votar. Não pode ser lista fechada, porque serão os mesmos. Há tanta coisa para se fazer no Brasil, por que não fazer outros projetos para melhorar a vida do brasileiro,

melhorar a educação, o esporte e a saúde? Por que a lista fechada, agora, aos 44 minutos do segundo tempo? É fácil, é simples, não precisam falar. Todos vocês que estão aqui nas galerias sabem o porquê disso. É porque esses que estão na Lava Jato jamais terão a chance de voltar ao Senado, à Câmara Federal. Então, eu sou contra a lista fechada.

Pablo, eu, como Líder do PSB, te parablenizo e estou junto nessa luta contigo, porque acho que não posso ver só o lado do meu partido. A política, para mim, é como o futebol: ela passa. E a política, para mim, vai passar, e eu quero ver outros políticos entrando aqui e fazendo grandes projetos que melhorem a vida do porto-alegrense, dos meus netos e dos meus filhos. Nós temos que pensar um pouquinho nos que vêm atrás, não podemos ser egoístas. A lista fechada só continua com os mesmos, e o Brasil cansou dos mesmos. Vamos mudar, vamos dar chance àquelas pessoas que querem entrar na política para fazer alguma coisa por esse povo, para que a gente tenha um País bem melhor do que este em que vivemos hoje. Portanto, eu sou contra a lista fechada: contra, contra, contra! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 087/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Exmo. Sr. Presidente Valter Nagelstein, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste; esta é uma questão importante. A reforma política é necessária, mas não da forma como foi apresentada pelo Congresso, querendo, através de uma lista fechada, se esconder e manter seu fórum privilegiado. A Rede Sustentabilidade, através das nossas lideranças nacionais, da nossa porta-voz e Líder Marina Silva, é totalmente contrária à lista fechada e a esta reforma na Câmara dos Deputados. Nosso Líder João Derly também já se posicionou. Certamente, como Líder da bancada, posso dizer que também votaremos contra qualquer tipo de tentativa de manter esse coronelismo na Câmara Federal. Eu diria até, Ver. Mendes, que esta é uma forma de atacar a democracia, pois nós sabemos hoje o quanto a política está debilitada junto à opinião pública. Esses Deputados que lá estão querem achar uma forma de se manter no poder. Existe a possibilidade de os Senadores poderem participar – como é majoritário – como candidatos a Senador, em primeiro, na lista, porque, se por acaso não conseguirem se eleger Senador, Ver. Bosco, estarão na lista, numa posição para manter o fórum privilegiado e, dessa forma, não responder por tudo o que tem acontecido no País. Nós sabemos quantos Deputados Federais e Senadores estão lá no Congresso e estão para ser julgados no STF há alguns anos. Nós não conseguimos nem saber exatamente quais os delitos que eles cometeram, e ficam lá sob a proteção do STF, que não consegue ou não quer julgá-los. Portanto, nós somos totalmente contrários a esta lista fechada, ainda mais no momento político pelo qual nós estamos passando. Não só somos contrários a esta lista fechada e a esta reforma que tentam fazer, como também somos contrários a esta reforma da previdência que está no Congresso. São duas reformas que estão totalmente em desacordo com o nosso pensamento e com a

linha da Rede Sustentabilidade. Portanto, votaremos, sim, Ver. Mendes, favoravelmente à sua Moção de Repúdio.

Também tem esta questão dos recursos públicos que estão sendo aumentados por este mesmo Congresso, pois se quer na ordem de R\$ 2 bilhões para financiamento de campanhas. Apesar de que, nas eleições de 2014, não em todas, mas numa boa parte delas, as campanhas foram financiadas com dinheiro público, de propina de empresas que negociaram esses recursos com governos e com empresas públicas. Então, já foram financiadas, e temos provas suficientes que, infelizmente, até hoje não foram julgadas no Superior Tribunal Eleitoral. Infelizmente, vai-se protelando, protelando, e vai acabar esta Legislatura de 2014 em nível federal e não vai ter julgamento. Então, é isso o que se busca através da lista fechada: esconder, atrás de uma lista, pessoas que estão, no mínimo, respondendo por processos aos quais não conseguimos nem ter acesso no Superior Tribunal Federal.

Somos totalmente contrários à lista fechada e esperamos que o Congresso... E é importante que a opinião pública esteja dizendo e demonstrando, para que o Congresso não tenha coragem de colocar a lista fechada para esconder. Esperamos que as pessoas de bem façam todo o debate e façam, em cima do Congresso, a disputa, dizendo que são contra, para que eles não tenham a coragem de se esconder atrás de uma lista fechada. Somos favoráveis à democracia. Inclusive a Rede é favorável a candidaturas avulsas, porque hoje muitas pessoas de bem não gostariam de concorrer por partidos políticos. A Rede é favorável à candidatura que chamamos de cívica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes, o Requerimento nº 087/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Voto contrariamente ao repúdio ao sistema de lista fechada por compreender que os principais problemas do sistema político eleitoral advêm do sistema uninominal e do financiamento empresarial de campanha. A lista fechada possibilita que os eleitores identifiquem o projeto partidário e responsabilizem os partidos por eventuais desvios de conduta de seus representantes. Defendo lista alternada homens e mulheres, 50% para cada, e exigência de ficha limpa para constar na lista, bem como processos democráticos de constituição da lista dentro do partido”. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Solicito a V. Exa. que encaminhe à Diretoria Legislativa.

O SR. RODRIGO MARONI: Só queria registrar o meu voto “sim”, eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Fica declarado o registro da intenção de voto do Ver. Rodrigo Maroni.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 034/17 – (Proc. nº 0563/17 – Ver. Cláudio Janta) – requer “Moção de Solidariedade em apoio à emenda apresentada pelo partido Solidariedade na Câmara dos Deputados, que propõe uma alternativa à proposta da Reforma da Previdência apresentado pelo Governo, estabelecendo 30 anos de contribuição mínima, e idade mínima de 60 anos para os homens, 58 para as mulheres e pensão integral para viúvos e viúvas”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento nº 034/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós aprovamos aqui nesta Câmara, algumas semanas atrás, uma moção do Ver. Airto Ferronato, assinada por mais de uma dezena de Parlamentares, contra a reforma da previdência. Nós achamos que foi muito importante esse posicionamento do Parlamento, Ver. Alex Fraga, que encaminhou, em nome do PSOL, na votação anterior, contra a lista fechada e o salvo-conduto que os políticos querem fazer, no Congresso Nacional, diante dos escândalos da Lava Jato. Nós temos a compreensão, Ver. Janta, de que é necessário ser contra a reforma em conjunto. Aliás, o Temer já está passando por maus lençóis em Brasília, com sua base aliada, que, felizmente, tem se insubordinado contra a reforma da previdência. Existem elementos concretos para que a reforma seja adiada diante do grande número de Deputados que não aceita votar a favor desse massacre, que é a reforma da previdência. É verdade que o Paulinho da Força e um conjunto de Deputados do Solidariedade, que, diga-se de passagem, apoia o Governo Temer, construíram essa emenda para ser um mal menor, não sabemos se articulado com o Temer ou não. Eu acredito que sim, pois, afinal, são da base aliada, mas nós achamos que é hora dos sindicalistas lutarem contra a reforma da previdência. É hora de derrotá-la em conjunto. Portanto, eu sugeriria ao Vereador, que sei que tem essa posição – aprovou aqui moções contra a terceirização com o nosso voto favorável, uma importante moção que o Ver. Janta fez –, que a gente pudesse, neste momento, ser contra a reforma e ter uma Moção de Apoio à greve geral no dia 28 de abril agora, que está sendo construída por quase todas as centrais sindicais brasileiras, para fortalecer a resistência à “reforma da morte” e para fortalecer a resistência ao aumento da idade mínima. Essa emenda diminui a idade mínima, mas ainda coloca 60 anos para homens e

58 para mulheres. Aumenta, portanto, a idade mínima para homens e mulheres, bota uma diferença pequena, na nossa opinião, entre a aposentadoria das mulheres e dos homens.

Eu digo sempre que nós defendemos esses cinco anos a menos para as mulheres na aposentadoria, e não é porque é um privilégio ou uma benesse às mulheres, ou porque somos frágeis; ao contrário, é um reconhecimento do machismo na sociedade. As pesquisas apontam que as mulheres trabalham seis anos a mais que os homens, contando o trabalho doméstico, sem dizer que, em termos de carga horária semanal, se estima que se trabalhem 20 horas a mais em função do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, que não deveria ser uma responsabilidade só das mulheres, mas uma responsabilidade compartilhada nas famílias. Mas, lamentavelmente, é fruto desta sociedade machista e recai sobre os ombros da mulher. Queremos lutar contra essa divisão sexual do trabalho que superexplora as mulheres, mas, enquanto essa realidade não mudar, é fundamental manter os cinco anos de diferença na idade mínima. É este o encaminhamento que eu faço, com um pedido ao Ver. Cláudio Janta: que a gente possa reforçar a moção já aprovada nesta Casa e que, por enquanto, lutemos para derrotar, no conjunto, essa reforma da previdência. Felizmente, tem sido fortalecida a luta contra a reforma da previdência, e, felizmente, boa parte dos Deputados da base estão com medo, porque estão com medo do povo, já que, ano que vem, é ano eleitoral. Já viram que votar nisso vai ser a sua derrota, estão vendo o tamanho das mobilizações.

Não é à toa que as mobilizações do MBL diminuíram dia 26 de março, justamente porque este simulacro da extrema-direita, aliado a vários partidos corruptos, quer defender as reformas neoliberais do Temer. Felizmente, o Temer e o seu “machistério” está cada vez mais desgastado frente ao movimento de massas. Aliás, o seu índice de popularidade é só de 10%, e a ampla rejeição à reforma da previdência toma conta da nossa população. Este posicionamento do Parlamento contra a reforma é muito importante, e nós queremos manter esta ideia da derrota integral deste projeto e a defesa da previdência solidária, que sempre defendemos. É fundamental resgatar essas bandeiras e a luta do povo contra esses ataques.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou representá-lo, Ver. Oliboni, ainda mais que é Semana Santa, V. Exa. está com a voz bastante prejudicada e precisa estar pronto para quinta-feira. Mas esse é outro tema, Ver. Janta, muito sério, um momento muito dramático da democracia brasileira. Os ataques ao direito previdenciário são grandes, são graves. Eles atingem as mulheres em especial. Eu vejo a emenda do Solidariedade, que eu não conhecia, porque sei que tem centenas de emendas, e já vi que o Governo Federal começou a recuar no tema da reforma, porque os movimentos sociais estão nas ruas. Dia 28 é dia nacional de luta, greve geral neste País. Eu convido o Solidariedade,

partido vinculado a uma central sindical, a Força Sindical, que se une às demais centrais sindicais e chama a greve geral. Hoje quem manda nos governos são os interesses e a lógica empresarial, a lógica especulativa, a ideia do projeto neoliberal do Estado mínimo, Ver. Márcio Bins Ely, que retira direitos dos trabalhadores. Essa conta do suposto déficit é uma conta artificial, porque ali não estão todas as receitas da previdência, os impostos criados para financiar a previdência ali não constam, e todas as pensões, toda a área da assistência social está como déficit. Nós não temos uma conta... todos afirmam que é superavitária a previdência social, e que os trabalhadores e as trabalhadoras mais pobres, que vinham ganhando alguma renda, porque o salário mínimo tinha uma política de crescimento acima da inflação ano a ano, já perderam essa política. Agora, com esse desemprego brutal, com essa recessão aprofundada exatamente por este Estado, os recursos da previdência diminuem, mas não é lá na aposentadoria que tem que tirar não! As mulheres do campo, as mulheres empregadas domésticas começam a trabalhar muito cedo. Na Zona Rural, homens e mulheres não têm condições – já conversamos aqui – de pagar 25 anos, Ver. Nedel, de contribuição. É impossível para quem é colono, para quem é da colônia, para quem pega a enxada desde os 10, 12 anos junto com a família. Para as mulheres colonas que plantam, que acordam cedo, às 5 da manhã, tiram o leite, voltam para casa, alimentam os filhos, mandam para a escola, levam os filhos menores para a lavoura, Ver. Oliboni. Depois: casa, alimentação, comida, e voltam para o trabalho pesado da lavoura. Para essas mulheres, não sobra dinheiro para pagar a previdência. Nunca chegarão aos 25 anos. Não chegarão no benefício continuado, que vai ser desvinculado do salário mínimo e que vai ser conseguido a partir dos 70 anos, quando estiverem com a saúde vilipendiada pelo trabalho árduo. Então, ela é perversa essa reforma da previdência, perversa. A nossa posição, já manifestada, contrária a essa reforma e de que outras medidas sejam tomadas é a posição que nós queremos manter. Fica difícil hoje fazer uma aprovação de uma emenda atenuadora de danos. Nós entendemos que não devemos mexer nas mulheres, na vida das mulheres e na vida dos homens sobre a idade mínima, enquanto os trabalhadores e as trabalhadoras estão penalizados pelo trabalho informal. Quanto mais cresce o desemprego, maior é o trabalho informal, menos tempo de previdência tu tens contabilizado. Achamos que não podemos mexer, enquanto não promovermos desenvolvimento, enquanto este País não reconstituir a sua democracia, enquanto este País não tiver confiança num governo eleito.

A Presidenta Dilma, com muito orgulho, eu gostaria de vê-la na lista partidária do PT, do Partido dos Trabalhadores, porque foi uma Presidenta honrada, uma Presidenta que sofreu o golpe por sua virtuosidade, porque um governo como o que está aí jamais seria eleito nas urnas. Jamais! Estabeleceu teto para as políticas sociais, de educação, de saúde, limite, congelamento dessas políticas. Ampliou, alargou, disseminou, liberou o trabalho terceirizado que tira...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Imaginem agora a terceirização da terceirização: meio, fim. Agora quem vai ter, Ver. Oliboni, carteira assinada? Porque é subemprego, é menos salário e, principalmente, “itinerância” e salário temporário, que é o que caracteriza a terceirização.

Vivemos um dia dramático hoje, quando as terceirizadas, mil mulheres da cozinha e da limpeza das escolas, foram receber agora de tarde, no dia 10: sem salário, sem vale-alimentação, sem vale-transporte, Ver. Oliboni. Passamos o dia pressionando o Governo, para que fosse para as contas delas o minguado salário. É essa a terceirização! E é a esses terceirizados, em larga escala neste País, que se propõe aumentar o tempo para aposentar, a idade e o tempo de contribuição. Nós somos radicalmente contrários. Restabeleça-se a democracia, restabeleçam-se os processos democráticos e podemos pensar em mexer em alguma coisa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a coisa mais fácil que está acontecendo nesta Câmara é fazer um discurso fácil. Isso virou uma barbada. A Ver.^a Sofia vem querer me ensinar a fazer o que eu faço durante a minha vida inteira! A Vereadora quer ensinar o Prefeito a administrar, quer ensinar o Secretário de Educação a fazer políticas para melhorar a qualidade da educação na cidade de Porto Alegre, que hoje está atrás de várias cidades do Brasil, e agora ela vem querer me ensinar a fazer o que eu faço a minha vida inteira. Aqui, nesta tribuna, a Vereadora agora diz que é um retrocesso a proposta que nós estamos apresentando para discussão no Congresso Nacional. É que a Vereadora não está acostumada a discutir, ela acha que o ponto de vista é o que vale. Ela disse que a sua bancada, no tema anterior, estava rachada. Só que três a um, para mim, não é “racho”, três a um é lavada! Até no futebol é goleada. A Vereadora tomou de três a um da sua bancada na outra proposta que a gente discutiu aqui. Mas a Vereadora agora joga toda a culpa no movimento sindical! Só que o seu Governo ficou lá em Brasília oito anos do Presidente Lula, mais quatro anos da Presidente Dilma, mais um ano e meio ou dois do outro mandato da Presidente Dilma, e não reduziu em nenhum minuto a jornada de trabalho para 40 horas semanais, não fez a reforma trabalhista, não fez a reforma tributária, não fez a reforma da previdência, não estancou a terceirização, não fez a correção da tabela do imposto de renda – pelo contrário, o seu Governo foi o que mais arrouchou os trabalhadores no imposto de renda –, e não resolveu, em nenhum momento, a questão da terceirização. Quando apresentamos um projeto que garantia a terceirização afim, dizendo que ela não poderia ser mexida, novamente subiu a esta tribuna, assim como hoje, e nos acusou de sermos isso e aquilo, mas, se tivesse aprovado o nosso projeto, os trabalhadores terceirizados teriam o mesmo direito dos trabalhadores de uma empresa. Os trabalhadores terceirizados que trabalham aqui na

Câmara, por exemplo, teriam os mesmos direitos dos trabalhadores daqui da Câmara – direito a banheiro, a transporte, a refeitório –, só que atividade-fim não podia ser terceirizada e, hoje, pode em qualquer empresa. Nós estamos dizendo que são 30 anos para a pessoa, isso é fundamental. Para quem trabalhou desde os 14 anos, como eu, é fundamental que sejam 30 anos! Nós estamos dizendo que a idade é 58 anos, mas vamos conversar, vamos abrir um ponto de diálogo – eu fiz isso a minha vida inteira, eu trabalhei a minha vida inteira na iniciativa privada, e negociação começa assim. Fiz isso a minha vida inteira na iniciativa privada! O Governo botou 90, nós puxamos para 60 anos. Então é isso o que se faz na negociação, mas com uma garantia de não mexer nos 30 anos. Para quem contribuiu, isso é muito!

Nós, sempre que subimos aqui, perguntamos se um trabalhador pode estar trabalhando no comércio, na construção civil, no rodoviário com seus 65 anos. É inadmissível isso! Agora, querer culpar o movimento sindical por todas essas mazelas é um ato de covardia de quem governou este País por mais de 14 anos e não resolveu os problemas estruturais dos trabalhadores. Se esses problemas tivessem sido resolvidos, os trabalhadores estariam cobrando para não mexerem nos seus direitos, mas nós estamos cobrando coisas que não foram feitas. Volto a afirmar: não reduziram em um segundo a jornada de trabalho, não discutiram o fim do fator previdenciário – pelo contrário, quero relembrar à Ver.^a Sofia que o Congresso Nacional aprovou...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...Ver. Prof. Alex, duas vezes, o Congresso Nacional aprovou o fim do fator previdenciário, e os dois Governos da Ver.^a Sofia vetaram o fim do fator previdenciário. Então, nós estamos com muita tranquilidade, não nos furtando do que fizemos a vida inteira: sentamos à mesa e negociamos. Nós estamos propondo sentar à mesa e negociar. No dia 28, haverá grandes atos de paralisação, até porque é muito temerário dizer que o Brasil vai entrar em greve dia 28, porque há milhares e milhares de pessoas desempregadas. Nós vamos fazer grandes atos nas entradas de empresas, no almoço, na saída das empresas. Se os trabalhadores toparem, com certeza, nós vamos parar o Brasil dia 28. Para isso, temos que parar o transporte do Brasil inteiro...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Aprego e defiro os Requerimentos de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, solicitando o desarquivamento do PLL nº 143/15, do PLL nº 264/15, do PLCL nº 035/15, do PLL nº 059/16, do PLL nº 016/16, do PLL nº 271/16 e do PLL nº 267/15.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando o desarquivamento do PLL nº 262/16.

O SR. MATHEUS AYRES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Matheus Ayres. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 17h51min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu acho que é importante fechar a tarde com um pouco de debate sobre a questão da reforma política. Eu espero, com este tempo, aprofundar um pouco mais. Se o Ver. Nedel não quer ficar, pode sair, são 17h52min...

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não se queixe! Não se queixe, Ver. Nedel! O Parlamento tem que ter paciência e escuta.

Nós acumulamos um debate forte no Partido dos Trabalhadores sobre o tema da reforma política muito antes do *impeachment* da Presidenta Dilma, do golpe e do tempo de exceção que estamos vivendo. De fato, o Congresso Nacional, hoje, faz movimentos de quem nunca se interessou em fazer a reforma política, enquanto convinha o financiamento empresarial, enquanto convinha o voto uninominal. De fato, os que hoje propõem a lista não têm, de verdade, intenção de fortalecer os projetos partidários, e a democracia brasileira ganhar consistência. Por quê? Porque sempre jogaram na alienação da população, e o voto uninominal se presta muito à alienação; à alienação do processo político eleitoral, à vinculação a perfis individuais, à propaganda, ao *marketing*, enfim, à apresentação de um produto, e não de um projeto. Por isso a nossa defesa do caminho da lista. Mas não é qualquer lista, há que também se defender e se construir democracia partidária, critérios, processos democráticos para a construção da lista dentro do partido. Nós defendemos que a lista seja paritária, homens e mulheres

alternados, um homem e uma mulher na lista. Já é tempo de consertar esta ausência das mulheres na política, porque esse também é um resultado do voto uninominal e do financiamento empresarial de campanha. Os homens predestinados ao mundo público, ao mundo empresarial são os mais financiados – ou eram –, os que recebiam maior financiamento do poder econômico. As mulheres, uma das grandes diferenças que faz com que elas não estejam no espaço político é a falta de recursos para o financiamento das suas campanhas. Não é a falta de talento, não é a falta de capacidade. Óbvio é que também a desigualdade no mundo do trabalho, pois as mulheres trabalham oito horas, por semana, a mais que os homens por causa da divisão das tarefas domésticas. Por isso, elas estão fora do debate político, estão fora das reuniões. Nós vamos sair daqui agora, tem duas reuniões acontecendo, todas as noites tem tarefas e trabalho para os Parlamentares, assim como nos finais de semana. As mulheres, Ver.^a Fernanda – que sei que vai para outra atividade, possivelmente vou me encontrar contigo – são penalizadas nessa divisão e não conseguem entrar na representação política deste País, e são mais de 50% da população brasileira. Elas têm muito mais problemas do que os homens na relação trabalhista, na relação com a violência, na relação com o mundo, no cuidado com os filhos, na moradia. Esse enorme déficit habitacional no País, combinado com um número cada vez maior de mulheres arrimo de família, vocês imaginem o peso de ser uma mulher nesta sociedade. Portanto, a lista é um caminho para a depuração. Eu também acho que é preciso ficha limpa. A fala da tarde inteira de hoje dizendo que os corruptos querem se esconder, ora, não é possível compor uma lista tendo ficha suja. Ponto. É só criar critérios de que não há como compor uma lista partidária com quem for corrupto. Isso vai ajudar muito o eleitor, ele vai escolher e cobrar do partido se tiver erros. Naquela lista não entra quem teve desvios, quem teve corrupção. Parece que a gente deveria dar um passo adiante, prestar atenção, porque a sociedade está pedindo mudanças de verdade, e mudanças qualitativas. Não tem respostas simples, há muita diferença em todos os países no sistema político eleitoral, cada um vem evoluindo, e há corrupção nos países mais desenvolvidos. O sistema, a virtuosidade do Estado precisam ser experimentados e reconstruídos cada vez, a cada dia; a democracia não pode ser algo anacrônico, morto e acabado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Mônica Leal.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Bosco, eu chego à conclusão de, às vezes, de que a Ver.^a Sofia muitas vezes só quer ser contra por ser contra. Cheguei a essa conclusão hoje. Ela votou duas vezes contra a sua bancada. Quando nós temos que elogiar a união da igreja católica com a israelita, ela vai contra, e o Jesus Cristo Oliboni fica quase vermelho de vergonha; e o Adeli saiu pelos fundos de vergonha, quando ela votou a favor da lista

fechada. Então eu chego à conclusão de que ela quer, Janta, quem sabe, como era no passado, que todo o PT vote nela, ou quem é petista.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Eu não acredito que ela tenha essa percepção.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. CASSIÁ CARPES: É, eu não sei, eu às vezes fico preocupado, não sei se ela quer chamar atenção de que ela é diferente dos outros. Eu vejo um Adeli consciente, responsável, coerente; um Oliboni, que não fala, é um homem sensato, tranquilo, equilibrado, mas a Sofia ultrapassa os limites. Eu volto aqui já para o terceiro mandato e pensei que a Ver.^a Sofia tivesse amadurecido, tivesse um comportamento um pouco tranquilo, harmônico, mas ela está sempre no choque! Por isso que a população se revoltou nessas últimas eleições, porque não quer mais esse choque, esse radicalismo. O PT teve nas urnas, se não me engano, 10%, caiu vertiginosamente em relação a outras eleições. E olha que o Raul Pont foi meu colega, é uma excelente pessoa, não tem nada que desabone a sua pessoa, mas a marca PT é um desastre em administração em nível nacional, estadual e municipal! Eu vejo, muitas vezes, ela falar em transparência. Mas o PT falando em transparência?! Olha, é para chorar, é para rir, é para falar pouco tempo aqui. Transparência no Estado? Quebrou o Estado, quebrou a Nação, quebrou o Município e é transparente? Só se for um transparente que diz assim: “Nós somos tão transparentes que quebramos os três!”. Só se for assim.

Para não ficar todos os cinco minutos falando da Ver.^a Sofia, eu quero falar do Orçamento Participativo, que começou lá com o PT, até foi por uma boa causa. Quando o Governo Marchezan suspende temporariamente, mas não vai deixar de fazer os debates, Ver. Janta, é uma forma de resguardar uma boa ideia que foi desvirtuada, os recursos que eram estabelecidos pelas reuniões do Orçamento Participativo não foram aplicados. O grande caos do PT foi quando o Orçamento Participativo ruiu, e foi lá quando vinha aquele dinheiro para a 3^a Perimetral, quando o dólar estava lá em cima, e a sobra ia... Estou exagerando ao falar em sobra, era um bom percentual daquele valor que ia para as obras do Orçamento Participativo. Quando a Prefeitura não fez mais a contrapartida para o BID, começaram a ruir as obras da Perimetral, o que, automaticamente, liquidou, a partir daquele momento, com a fama do Orçamento Participativo de que fazia grandes obras na Cidade. Acho que é um momento de reflexão, a ideia é boa, mas, do jeito que está... Tem muita gente indo às comunidades prometendo, jurando, se tornou uma coisa de politicagem o Orçamento Participativo, iludindo aqueles pobres que precisam de obras nas suas regiões. Prometiam, colocavam no Orçamento Participativo, no orçamento da Prefeitura, mas as obras não saíam, porque não tinha verba, eram promessas políticas e não promessas orçamentárias, são coisas diferentes.

Concluo dizendo que foi muito bem feito pelo Prefeito. Não adianta prometer, enganar aquele pessoal e não ter dinheiro para fazer as obras. Tem que ir com calma, temos que restabelecer a ordem e, quanto tiver um orçamento efetivo na Prefeitura, aí se começa a fazer essas obras que, tenho certeza, serão muito úteis. Não desvirtuem: eu sou a favor do Orçamento Participativo, mas não esse que está aí, que só promete, faz politicagem e não resolve nada. Quando tiver orçamento, se volta àquelas obras necessárias ao desenvolvimento de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0570/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco João Fuhr o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Dois – Rua Chrispim Antônio Amado –, localizado no Bairro Lami.

PROC. Nº 0856/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Brasileira em Defesa dos Usuários de Sistemas de Saúde – Abrasus.

PROC. Nº 0406/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Ballet Clássico no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de março.

PROC. Nº 0944/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 8.534, de 26 de junho de 2000 – que dispõe sobre a afixação de mapas da Cidade de Porto Alegre nos postos de gasolina.

PROC. Nº 0581/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que cria o Programa Incentivo à Prática de Atividade Física por Pessoas Idosas – PIAFI – no Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não havendo quem queira discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h02min.)

* * * * *